



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVI - Nº 34

SEXTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 1991

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 29ª SESSÃO, EM 4 DE ABRIL DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Fala da Presidência

Finalidade da sessão destinada ao comparecimento do Ministro de Estado do Exército, General Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, convocado nos termos do Reque-

ramento nº 40, de 1991, de autoria do Sr. Humberto Lucena.

1.1.2 — Exposição do Ministro de Estado do Exército, General Carlos Tinoco

1.1.3 — Fase das Interpeleções
Senadores Humberto Lucena, Almir Gabriel, Marco Maciel, Maurício Corrêa, Oziel Carneiro, Júlio Campos, Pedro Simon, Raimundo Lira, Coutinho Jorge, Auro Mello e Amir Lando.

1.1.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.2 — ENCERRAMENTO
2 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nº 238/91 (Republicação)
— Nºs 369 a 377/91

3 — MESA DIRETORA
4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

Ata da 29ª Sessão, em 4 de abril de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Rachid Saldanha Derzi.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Beni Veras — Carlos De'Carli — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Esperidão Amim — Eptácio Cafeteira — Flaviano Mello — Garibaldi Alves — Gerson Cãmata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekêl Freitas — Iram Saraiva — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Richa — Júlio Campos — Júnia Marise — Lavoisier Maia — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha

Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ruy Bacelar — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Em atendimento à convocação feita através do Requerimento nº 40, de 1991, comparece a esta Casa o Sr. Ministro do Exército, General Carlos Tinoco Ribeiro Gomes.

Para introduzir S. Exª em plenário, a Presidência designa comissão formada pelos Srs. Senadores Marco Maciel, Humberto Lucena e Oziel Carneiro. (Pausa.)

(Acompanhado da comissão designada pelo Sr. Presidente, tem ingresso no

plenário o Sr. Ministro, que ocupa a cadeira a S. Exª reservada.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— Srs. Senadores, já se acha em plenário Sua Excelência o Sr. Ministro do Exército, General Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, convocado que foi através do Requerimento nº 40, de 1991.

Nos termos regimentais, o Sr. Ministro disporá de meia hora para sua exposição.

A Mesa esclarece aos Srs. Senadores: para as interpeleções a S. Exª, serão chamados os Srs. Senadores inscritos que disporão de cinco minutos cada um, sendo assegurado ao Sr. Ministro igual tempo para as respostas. Para contraditar o Sr. Ministro, os Srs. Senadores poderão usar de dois minutos, concedendo-se ao Ministro igual tempo para a réplica.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral

Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200-exemplares.

Neste instante, a Presidência tem a honra de passar a palavra ao Sr. Ministro do Exército Carlos Tinoco Ribeiro Gomes.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Exm^o Sr. Senador Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal; Exmos. Srs. Senadores, atendendo à convocação que me foi feita, é sumamente honrado que compareça a este plenário, na certeza de que encontramos como este são de fundamental importância para um melhor conhecimento, por parte do Congresso Nacional, do trabalho desenvolvido pelo Exército brasileiro no cumprimento de sua missão constitucional, das dificuldades enfrentadas e, no caso presente, particularmente, da problemática de nossa fronteira noroeste-norte, onde o incidente da região do Traíra não representa um fato isolado, devendo ser analisado à luz de um contexto mais amplo, próprio da conjuntura amazônica atual.

Por isto, peço vênha para, antes de entrar propriamente no assunto objeto de minha convocação, fazer um ligeiro retrospecto que nos situe não apenas na microvisão daquele incidente, mas, também, e, principalmente, na macrovisão que envolve a problemática de toda área.

Desta forma, procurarei desenvolver minha exposição conforme a seguinte ordem de idéias, que os senhores poderão acompanhar através do documento distribuído: uma introdução, em seguida veremos em largas pinceladas como se processou a ocupação da área, caracterizando a importância da presença militar nessa ocupação. A seguir, veremos a ação guerrilheira, caracterizando a área onde ela se passou, enfocando seus antecedentes, a instalação do destacamento militar, o ataque de 26 de fevereiro e as providências tomadas. Finalmente, faremos uma conclusão.

A Amazônia brasileira é, inegavelmente, uma área de grande importância geopolítica. Tal fato é fácil de perceber pela sua problemática intrínseca, resultante de uma série de realidades que se entrecroçam, dentre as quais podemos destacar: a extensão territorial, o vazio demográfico, a longa linha de fronteiras, as riquezas naturais (em que sobressaem os recursos minerais e hídricos), às quais se somam fatores sócio-econômicos,

envolvendo particularmente índios e garimpeiros, além do manifesto interesse internacional.

Esse somatório confere àquela região uma dinâmica toda particular. Essa importância geopolítica impõe a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e articulá-la com os vizinhos, já que o espaço geográfico abrangido pela imensa bacia que drena uma superfície de 7.300.000Km² ao norte do continente sul-americano interessa a mais 7 (sete) países além do Brasil: a Guiana, o Suriname, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia e o Equador.

É importante assinalar que os 8 (oito) países amazônicos assinaram, em 1978, um tratado de cooperação, com o objetivo de estabelecerem um programa conjunto para o desenvolvimento harmônico de toda a região, do qual decorreram várias reuniões, realizadas em diferentes países.

Acresça-se a cobiça internacional, cujas manifestações, veiculadas pela imprensa, são por demais conhecidas. É oportuno lembrar algumas delas:

— o projeto do "Sistema de grandes lagos amazônicos", elaborado em 67/68 pelo Hudson Institute, idealizado pelo futurólogo Herman Kahn, que previa a inundação de uma área quinze vezes maior que a de todos os projetos hidrelétricos previstos para a região;

— a atuação do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs (a partir de 1981) que, em suas diretrizes, afirma claramente, ao se referir à Amazônia e à população que habita, tratarem-se de "patrimônios da humanidade e não dos países, cujos territórios, pretensamente, dizem pertencer-lhes";

— a atuação de parlamentares europeus, em 1989, junto à Comunidade Econômica Europeia, no sentido de interromper o projeto "Grande Carajás", tentando inibir a exploração organizada de nossa riqueza mineral;

— a recente proposta (1989) de um país europeu de se criar uma estrutura supranacional de defesa do meio ambiente que, apoiada na estranha tese de defesa compartilhada, teria o direito de intervir em nossos assuntos internos.

Essas manifestações, associadas ao fato de que a floresta amazônica não é a única grande

floresta tropical do mundo, são eloquentes para demonstrar que a cobiça internacional sobre a Amazônia, visando internacionalizá-la, é um fato concreto com o qual devemos nos preocupar, particularmente quando tratamos de assunto que dizem respeito à nossa soberania.

Fica claro, portanto, que a Amazônia, necessariamente teria de ser considerada, como na realidade o é desde há muito, uma área estratégica de alto interesse para a força terrestre.

Vejamos, em largas pinceladas, como se processou a ocupação da área, caracterizando a presença militar. Os Senhores, Senhores dispõem de um mapa com o dispositivo da força terrestre, através do qual poderão acompanhá-lo.

2. OCUPAÇÃO DA ÁREA — PRESENÇA MILITAR

Embora somente agora se possa dizer que a Amazônia está sendo realmente ocupada, o Exército a ela está fortemente vinculado desde o início de sua colonização, quando, em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco fundou Belém do Pará, com a construção de uma fortificação.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, os portugueses estabeleceram 37 (trinta e sete) fortificações na área da Amazônia.

Ao findar o século XVII, conhões de ferro e bronze já artilhavam o Forte de São José do Rio Negro, origem de Manaus.

É importante ressaltar que os contingentes militares dessas fortificações constituíram-se, durante muito tempo, nas únicas presenças de civilização luso-brasileira na área. Muitas delas transformaram-se, posteriormente, em vilas e cidades, existentes até os nossos dias.

No século XIX surgiram as colônias militares, que eram estabelecimentos compostos por contingentes militares, destinados a protegê-las, constituindo, juntamente com um pequeno núcleo civil, o principal efetivo demográfico.

A primeira colônia militar foi fundada em 1840, na região do rio Araguaia, no atual Estado do Amapá.

Foi erigido, também, um Batalhão de Caçadores em Belém (26^o BC — 1842).

Outras colônias foram estabelecidas na região amazônica, tais como: São João do Araguaia (1850), São Pedro de Alcântara (1853) no Maranhão e Óbidos (1854) no Pará.

No início deste século, surgiram os primeiros grandes comandos denominados 1ª, 2ª e 3ª Regiões de Inspeção Permanente com sede em Manaus, Belém e São Luiz, respectivamente e um Batalhão de Caçadores em Manaus (27º BC).

Ainda na primeira metade do século atual, foram dados os seguintes passos na evolução do dispositivo militar na Amazônia:

- criação de 6 (seis) pelotões nas localidades de Tabatinga, Cucuí, Ipiranga e Vila Bittencourt (AM), Boa Vista (RR) e Clevelândia (AP);

- criação da 8ª Região Militar, com sede em Belém (PA);

- criação do Comando de Elementos de Fronteira em Manaus (AM), subordinado à 8ª RM.

De 1950 até 1986, que marcou o início do programa "Calha Norte", tivemos:

- criação do Comando Militar da Amazônia, inicialmente com sede em Belém, observando, em um comando único, a 8ª RM;

- transferência da sede do Comando Militar da Amazônia para Manaus e criação da 12ª RM na mesma cidade (comando unificado);

- criação das Colônias Militares de Tabatinga e do Oiapoque (Clevelândia), depois extintas e substituídas por unidades do Exército;

- criação de Companhias Especiais de Fronteira em Tabatinga (AM), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Rio Branco (AC), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Guajará-Mirim (RO), que deram origem aos atuais 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Batalhões Especiais de Fronteira;

- implantação de 3 (três) Pelotões de Fronteira nas localidades de Bonfim, Normandia e BV8 (RR);

- criação do Colégio Militar de Manaus, com a finalidade de assegurar ensino de 1ª e 2ª graus, sob o regime de internato, aos filhos dos militares destacados em guarnições isoladas;

- criação do Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus, organização de ensino de eficiência reconhecida em âmbito internacional, destinado a preparar o combatente de selva;

- transformação dos Batalhões de Caçadores de Manaus e Belém no 1º e 2º Batalhões de Infantaria de Selva, respectivamente;

- criação de 4 (quatro) Batalhões de Selva, desdobrados em Marabá, Itaituba e Altamira (PA) e Imperatriz (MA);

- desmembramento da 12ª Região Militar do Comando Militar da Amazônia.

Este programa continuado de adensamento e rearticulação da Força na Amazônia, que se processou, basicamente, a partir da década de 1920, foi elaborado de forma a estabelecer uma vigilância na linha de fronteira e contar com reservas locais mais fortes em áreas adequadas.

A ampliação da presença do Exército na Amazônia culminou com a criação da 23ª Brigada de Infantaria de Selva em Marabá e da 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho, estando prevista, ainda, a criação de outra Brigada em Boa Vista.

Ressalto aqui que esta ação pioneira do Exército foi sempre realizada com extrema dificuldade e enorme sacrifício, seja a nível institucional, seja a nível individual e familiar. Além das compreensíveis dificuldades de instalação e manutenção de efetivos, ainda que limitados, naquela região, para os Pelotões de Fronteira seguem militares, na maioria jovens, alguns acompanhados de suas famílias, sem nenhum conforto ou recompensa materialmente significativa, munidos apenas do ideal de servir.

A vivificação e o desenvolvimento da Amazônia, com um avanço lento até o presente momento, teve como vetor principal a ação desbravadora das Forças Armadas, cuja expansão estrutural, de efetivos e de recursos materiais, se não teve dimensão compatível com a importância e a magnitude da missão, sempre foi e continua sendo, pioneira, ressaltando-se que o estágio, até agora atingido, é fruto de grande sacrifício e extrema dedicação.

Apercebendo-se desta realidade e da crescente importância da área, particularmente a nível internacional, o Governo Federal lançou em 1985, as bases do Projeto Calha Norte, com ações efetivas já em 1986.

Não se trata, ao contrário do que muitos pensam, de um projeto essencialmente militar. Ele prevê a ação conjunta e coordenada de vários ministérios e Órgãos Governamentais, visando atender aos seguintes objetivos:

- 1) aumento da presença brasileira na área, fortalecendo as estruturas governamentais de oferta de serviços, de modo a criar estímulos e atrativos para o desenvolvimento da região;

- 2) ampliação das relações bilaterais com os países vizinhos, fortalecendo os mecanismos de cooperação e os fatores de produção, reforçando a rede consular e facilitando as trocas comerciais entre as populações fronteiriças;

- 3) expansão da infra-estrutura viária, sempre no sentido de complementar a vocação natural da região, que tem no transporte fluvial o mais importante fator de integração regional;

- 4) fortalecimento da ação dos órgãos Governamentais de Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorrentes da pequena presença do Estado, em função das distâncias e do isolamento;

- 5) intensificação das campanhas demarcatórias das fronteiras, pela restauração e adensamento dos marcos limítrofes;

- 6) promoção da assistência e proteção às populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas, através da delimitação e demarcação das terras ocupadas pelos índios e pela criação de florestas nacionais capazes de oferecer-lhes proteção natural, em face dos contrastes de ordem cultural;

O Ministério do Exército, por já dispor de uma estrutura na área, prontamente respondeu ao desafio do projeto.

Em consequência, foram instalados 4 (quatro) Pelotões de Fronteira, existindo outros 2 (dois) em implantação e a previsão de mais 5 (cinco) a serem incluído o da região do Traíra, onde ocorreu o ataque guerrilheiro de 26 de fevereiro último, fato motivador de minha presença nesta Casa.

Com referência ao aquartelamento desses Pelotões, há um detalhe interessante a ser explicitado: todos eles possuem um pavilhão, denominado "Pavilhão de Terceiros", cuja finalidade é acolher elementos dos demais ministérios e Órgãos Governamentais com responsabilidade no projeto. A bem da verdade deve-se dizer que tais pavilhões estão, em sua grande maioria, ociosos.

É evidente que vigiar uma linha de fronteira terrestre, de aproximadamente 9.600 km de extensão com 15 (quinze) Pelotões, de efetivo entre trinta e quarenta homens cada um, uma companhia (Clevelândia) e um Batalhão (Tabatinga), pressupõe a realização de reconhecimento aéreo e patrulhas terrestres. Os reconhecimento aéreo, por falta de meios, são escassos e as patrulhas, como não poderia deixar de ser, são limitadas às áreas próximas aos aquartelamentos.

Nas regiões em que há suspeita de alguns irregularidade, reconhecimento terrestres, se necessário com apoio aéreo, são realizados pelos Batalhões Especiais de Fronteira, em número de 5 (cinco) na área do CMA e mais 1 (um) na área do CMO, que enquadram e dão o apoio imediato aos Pelotões. Vejamos, então, como se processou a ação guerrilheira do dia 26 de fevereiro último. Os Srs. Senadores dispõem de um croqui da região do rio Traíra por onde poderão fazer o acompanhamento.

Caracterização da área — A região da Serra do Traíra, na fronteira com a Colômbia, situa-se, aproximadamente a 100 Km ao Norte de Vila Bittencourt, onde está instalado o 3º Pelotão Especial de Fronteira, subordinado ao 1º Batalhão Especial de Fronteira, sediado em Tabatinga.

O local é região de floresta densa, cortada por rios e igarapés encaixilhados, havendo ocorrência de ouro de aluvião em vários pontos da Serra do Traíra.

O melhor meio de acesso é a utilização de helicópteros. Por via fluvial, que é o meio normalmente empregado, o deslocamento, a partir de Vila Bittencourt, demora de dois a três dias, passando por duas pequenas cachoeiras, cuja ultrapassagem exige que os barcos, com as respectivas cargas, sejam retirados da água e transportados a braço através da floresta.

É importante destacar cinco áreas nessa região:

A localidade de Pueblo Nuevo, na Colômbia, com uma população basicamente de garimpeiros que varia de 1.500 a quatro mil pessoas. Está afastada cerca de 5 Km da margem do rio Traíra e possui uma pista de pouso;

a região de Garimpito, próximo a Pueblo Nuevo, onde se localiza uma área de garimpo colombiano. Nesse local, o ouro é encontrado sob o solo, necessitando, para sua extração, do emprego de explosivos cuja utilização, naquela região, é proibida pelas autoridades colombianas, em face das atividades de guerrilha. Este fato contribui para a afluência de colombianos para o território brasileiro em busca do ouro de aluvião.

— a área que era explorada pela Paranapanema, englobando os diferentes garimpos da Serra do Traíra;

— o garimpo dos índios Tucanos, ao Norte da Serra do Traíra;

— o garimpo dos índios Makus, ao Sul da Serra do Traíra.

Convém ressaltar que, além da dificuldade de acesso ao local, os efeitos adversos da vegetação tropical dificultam o estabelecimento de sistemas de comunicações confiáveis, por provocarem variações no alcance e na emissão dos equipamentos.

b) Antecedentes

Em 1985, foi concedida à Paranapanema S.A. Mineração, Indústria e Construção, autorização para exploração mineral na região da Serra do Traíra.

Constantes incidentes entre garimpeiros autônomos (brasileiros e colombianos), índios e a empresa de mineração marcaram o período de lavra sob a jurisdição da Paranapanema, o qual estendeu-se, aproximadamente, até fevereiro de 1990, quando a empresa decidiu retirar-se da área, alegando inviabilidade econômica da exploração.

A saída da mineradora ocasionou a retirada de um pequeno contingente da Polícia Militar do Amazonas, que por ela era mantido. Em decorrência do afastamento da Paranapanema, o Comando Militar da Amazônia passou a manter a área sob vigilância.

A partir de 4 março de 1990, em face dos informes sobre a presença de garimpeiros colombianos na área do Traíra, o 1º BEF/Ta-batinga deslocou para a região um pequeno Destacamento que, alojado precariamente nas antigas instalações da Paranapanema, passou a atuar com patrulhas, buscando averiguar os fatos e, posteriormente, afastar grupos de garimpeiros. Estes grupos, inicialmente constituídos apenas por brasileiros, aos poucos foram acrescidos de colombianos oriundos de Pueblo Nuevo.

Acresce que, subindo o Igarapé Castanho, afluente do Traíra em Território Brasileiro, e a cerca de 40 km da confluência, chega-se a uma área indígena (Tucanos), onde também há ouro, conhecida como Colônia Parí-Cachoeira III.

O aprofundamento das investigações levou à constatação de que barcos colombianos subiam o Igarapé Castanho levando mantimentos, utensílios e até mulheres para negociar com os índios tucanos, em troca de ouro.

Com a presença militar e as atividades preventivas realizadas, a situação foi sendo normalizada, possibilitando a retirada do destacamento do 1º BEF em setembro de 1990.

c) Instalação do Destacamento Militar

No final de outubro de 1990, em virtude da informação sobre a presença de numerosos garimpeiros colombianos na Serra do Traíra, foi determinado pelo Cmt do CMA o emprego da Cia de Selva, orgânica do 1º Batalhão Especial de Fronteira, para realizar uma operação mais demorada na área.

Nessa ocasião, foi detectada a presença de cerca de 300 (trezentos) colombianos, dos quais 92 (noventa e dois) foram presos, e houve a apreensão de grande quantidade de material de garimpagem. Os presos, conforme orientação do Ministério das Relações Exteriores, foram entregues às autoridades colombianas em Vila Bittencourt/AM. Os demais refluíram para a Colômbia. O material apreendido foi recolhido ao 1º Batalhão Especial de Fronteira.

Após o controle da situação, efetivou-se o retraimento da tropa, permanecendo no local um destacamento de dezessete homens comandado por um tenente.

O destacamento, a exemplo da situação anterior, ficou instalado, precariamente, nas antigas instalações existentes e com a missão de exercer vigilância, particularmente sobre o movimento de garimpeiros, realizando patrulhamento fluvial no rio Traíra. Sua substituição vinha ocorrendo de trinta em trinta dias.

Em função do ocorrido, ficou caracterizada a necessidade da implantação definitiva de um Pelotão naquele local. Tendo sido, em consequência, proposta sua inclusão no Projeto Calha Norte.

d) Ataque guerrilheiro

Aproximadamente às 12 horas do dia 26 fevereiro de 1991 (terça-feira), quando o destacamento iniciava o almoço, após o retorno de uma patrulha, um grupo de cerca de trinta a quarenta elementos, que se declararam guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) — Comando Simón Bolívar — Fação Força e Paz, realizando uma incursão em território brasileiro, atacaram-no com fogo de armas automáticas e utilizando táticas de guerrilha.

O ataque foi realizado por três colunas, das quais uma tomou posição de tiro na margem colombiana do Rio Traíra e as outras duas, progredindo através da selva, investiram sobre o acampamento.

Inicialmente, foram eliminadas as sentinelas e, a seguir, desencadeado intenso fogo de armas portáteis sobre o restante do destacamento, que, sem sucesso, tentou reagir.

Do ataque, resultaram 3 (três) soldados mortos (duas sentinelas) e 9 (nove) feridos.

Dois garimpeiros colombianos que estavam detidos aguardando evacuação para Vila Bittencourt foram, na ocasião, mortos pelos guerrilheiros.

Ao término da operação, os colobianos apropriaram-se de estações rádio, munição, uniformes e de todo o armamento.

e) Providências tomadas

Caracterizada a ação guerrilheira em território nacional contra nossa tropa, foi o fato imediatamente levado ao conhecimento do Governo Federal, através do Ministério das Relações Exteriores, a quem foram solicitadas as necessárias gestões junto ao Governo da Colômbia no sentido de que suas Forças Armadas fossem empenhadas no combate aos guerrilheiros.

Paralelamente, o Destacamento foi reforçado e intensificaram-se as patrulhas, delas decorrendo escaramuças que resultaram na morte de 7 (sete) guerrilheiros e no aprisionamento de outros 4 (quatro) colombianos, entregues às autoridades militares daquele País.

Das gestões desenvolvidas pelo Ministério das Relações Exteriores, resultou uma reunião entre os Cmt do CMA — Gen. Santa Cruz — e da 4ª Divisão do Exército Colombiano — sediada em Villa Vicenzo — Gen. Edie Alberto Pallares Cotes, realizada no dia 9 de março último.

Nessa reunião foram discutidas as ações e acertados os procedimentos a serem desenvolvidos pelos exércitos dos dois países, com o objetivo de combater o grupo guerrilheiro e recuperar o material e armamento brasileiros por eles levados.

Em consequência dessa reunião, toda a região vem sendo constantemente patrulhada, tanto por nós quanto pelos colombianos, nos respectivos territórios.

Nossos homens levaram o reconhecimento terrestre, com apoio aéreo, até a região da Cachoeira do Machado, a cerca de 50 km ao norte de nossa base no Rio Traíra.

Toda a fronteira, até a Cabeça do Cachorro, foi sobrevoada e em alguns trechos fotografada.

Está ainda prevista a realização de um reconhecimento terrestre na região da Serra do Caparro, situada na Cabeça do Cachorro.

Cumprido ressaltar, nestas operações, a perfeita e total integração das nossas três Forças Singulares, por meio de seus comandos na Amazônia.

A Força Aérea instalou um Centro de Controle Aéreo em Vila Bittencourt, possibilitando a operação em segurança das 21 (vinte e uma) aeronaves das três Forças para lá deslocadas (16 da FAB, 4 do Exército e 1 da Marinha).

A Marinha de Guerra deslocou para a Vila Bittencourt um navio patrulha fluvial que, além de servir de base de apoio logístico, levou aos habitantes daquela vila, localizada na linha de fronteira, uma maior segurança.

Todavia, a pletera de meios para lá deslocada não poderá permanecer integralmente na área, devendo ser reduzida ao mínimo julgado imprescindível.

No momento, a situação está calma, embora da Colômbia tenham chegado notícias da possibilidade de outro ataque por parte dos guerrilheiros.

4. CONCLUSÃO

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de colocar-me à disposição dos Senhores para os esclarecimentos complementares que desejarem, gostaria de dizer-lhes, à guisa de conclusão, que os acontecimentos atuais, das fronteiras Norte e Noroeste, representam a continuação daquilo que aconteceu, no passado, ao longo de nossa extensa fronteira terrestre Sul e Oeste, à medida em que as regiões fronteiriças foram se povoando e desenvolvendo. Atritos de fronteira entre brasileiros e nacionais dos países vizinhos, em maior ou menor escala, ocorreram do Rio Grande do Sul ao Acre, o que não impediu, com o passar do tempo, a solução dos problemas e a estabilização da linde. Os senhores se recordam que a atuação de Plácido de Castro e seus homens, no início do século, em território boliviano na região do Acre, levou o Governo Brasileiro a adquirir da Bolívia a área que hoje se constitui naquele estado, como forma de solucionar a questão.

Como salientei, ao abordar o tópico referente à presença do Exército na área, somente agora se pode dizer que a Amazônia está sendo, realmente ocupada. A Ilha Amazônica caminha para sua efetiva integração ao Território Nacional.

Mas lá existem complicadores que não ocorreram em outras épocas e em outras regiões. Além desta ocupação estar acontecendo às vésperas do III Milênio, quando os estímulos materiais decorrentes da evolução tecnológica tendem a fixar o homem nas proximidades dos centros desenvolvidos, devem ser ressaltados os fatores intrínsecos à Amazônia brasileira, em sua maioria, comuns à área de toda a bacia.

Entre esses complicadores destacamos:

- o imenso espaço geográfico da chamada Amazônia Legal, envolvendo cerca de 60% do território nacional;
- a precária rede viária, predominantemente fluvial;
- a pequena e rarefeita população;
- as dificuldades enfrentadas pelos Governos Estaduais e Federal para se fazerem presentes na área;
- a existência de índios de diferentes tribos, que desconhecem limites fronteiriços entre países;
- a presença de garimpeiros que, atraídos pelo ouro à flor da terra, atuam em diversas áreas, sem alvarás de autorização, nem sempre respeitando limites de fronteiras, acarretando sérios prejuízos ao meio ambiente, além de corromperem os índios, degradando seus costumes e levando-lhes doenças, sem a eles nada acrescentar culturalmente, senão despertar-lhes o interesse pelo ouro;
- a ação de Missões Religiosas estrangeiras, nem sempre voltadas para suas funções próprias.

Se somarmos a tudo isso:

- a grande distância existente entre os marcos fronteiriços;
- a existência de grupos de guerrilheiros organizados e de poderosos cartéis de narcotraficantes em alguns países vizinhos;
- a atuação predatória de garimpeiros de várias nacionalidades;
- a atuação de grupos multinacionais sob vários pretextos: ecologia, defesa dos povos indígenas, internacionalização da floresta, etc; e
- as dificuldades que têm os governos dos países vizinhos em projetarem seu poder nas áreas limítrofes.

Concluiremos, com absoluta clareza, que:

- a situação deverá ser enfrentada de forma global, por intermédio de decisiva ação governamental, envolvendo todos os ministérios, secretarias, iniciativa privada e organismos com responsabilidade no encaminhamento da solução dos diferentes problemas;
- é de fundamental importância acelerar os entendimentos com os países vizinhos em torno do Pacto Amazônico.

O Programa Calha Norte veio ao encontro desses objetivos.

Erradamente, tem sido acusado de ser um programa puramente militar; a verdade é que a estrutura do Exército, já de há muito presente na área, possibilitou uma pronta resposta às solicitações em sua esfera de atuação, o que não ocorreu com outros setores.

Tal fato tem acarretado a acusação de nos imiscuirmos em assuntos cuja responsabilidade não nos cabe, nos quais nos envolvemos por sermos, invariavelmente, os únicos presentes.

Acredito que a total implementação do Programa Calha Norte, envolvendo todos os setores responsáveis, é de fundamental importância, não só para evitar tais acusações, mas principalmente, para criar todas as condições que possibilitem a ocupação de tão extensa área, de forma ordenada, com a correta utilização de suas terras agricultáveis, e a preservação das áreas, onde seja mais conveniente o extrativismo, e a exploração organizada de suas imensas riquezas minerais e hídricas, em benefício de toda a sociedade.

Diante dos fatos, ousa afirmar que o Programa deve abarcar toda a Amazônia e não exclusivamente a Calha Norte.

É importante ressaltar, nesta oportunidade, que o Presidente Collor, em sua recente mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura, evidenciou sua intenção de conferir prioridade às seguintes ações, que dizem respeito à Amazônia:

- continuidade no desenvolvimento do Projeto Calha Norte, conferindo-lhe a feição de programa de governo, com previsão de ações nas áreas de telecomunicações, de defesa aérea, defesa naval, defesa terrestre, ensino fundamental, energia elétrica, saúde, assistência e previdência, transporte rodoviário e administração;

— implantação da primeira fase do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM);

— continuidade no desenvolvimento do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira (PAF—MFF) e implantação do Programa da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental (PROFFAO);

— participação nos trabalhos preparatórios da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, nos estudos relativos à questão indígena e aos recursos hídricos e em outros eventos considerados de natureza estratégica.

Nesse contexto insere-se, também, o zoneamento ecológico-econômico da região, previsto desde o lançamento do Programa Nossa Natureza em 1988.

Finalmente, convém aduzir que muitos falam sobre a Amazônia sem nunca a terem sequer visitado. É, pois, de fundamental importância que essa imensa região de nosso território seja cada vez mais conhecida dos brasileiros, particularmente daqueles que detêm alguma parcela de responsabilidade nos destinos do País, já que só assim muitos falsos conceitos serão desmistificados e os problemas da região, melhor compreendidos, poderão ser adequadamente equacionados e resolvidos, criando as defesas necessárias contra a cobiça estrangeira.

Há sérios desafios a vencer em busca desse desiderato, particularmente no que diz respeito à defesa dos sistemas ecológicos naturais e à incorporação de técnicas agrícolas adequadas aos trópicos úmidos.

Isto, entretanto, não pode servir de obstáculo à ocupação e utilização racional da região, pois manter toda a Amazônia intocada, qual um santuário da natureza, parece-nos um absurdo que somente pode povoar a imaginação de sonhadores, descompromissados com o futuro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, procurei deixar caracterizado através desta modesta exposição que, no amplo contexto da ocupação ordenada da Amazônia, vivificação de suas fronteiras e conseqüente manutenção de nossa soberania, os acontecimentos da região do Traíra, são, em realidade, um fato menor que, daqui para a frente, tende a repetir-se, não necessariamente da mesma forma, em outros pontos da fronteira, à medida em que for se intensificando a presença humana na região.

Muito obrigado!

ANEXOS:

— Mapa com o dispositivo da força terrestre.

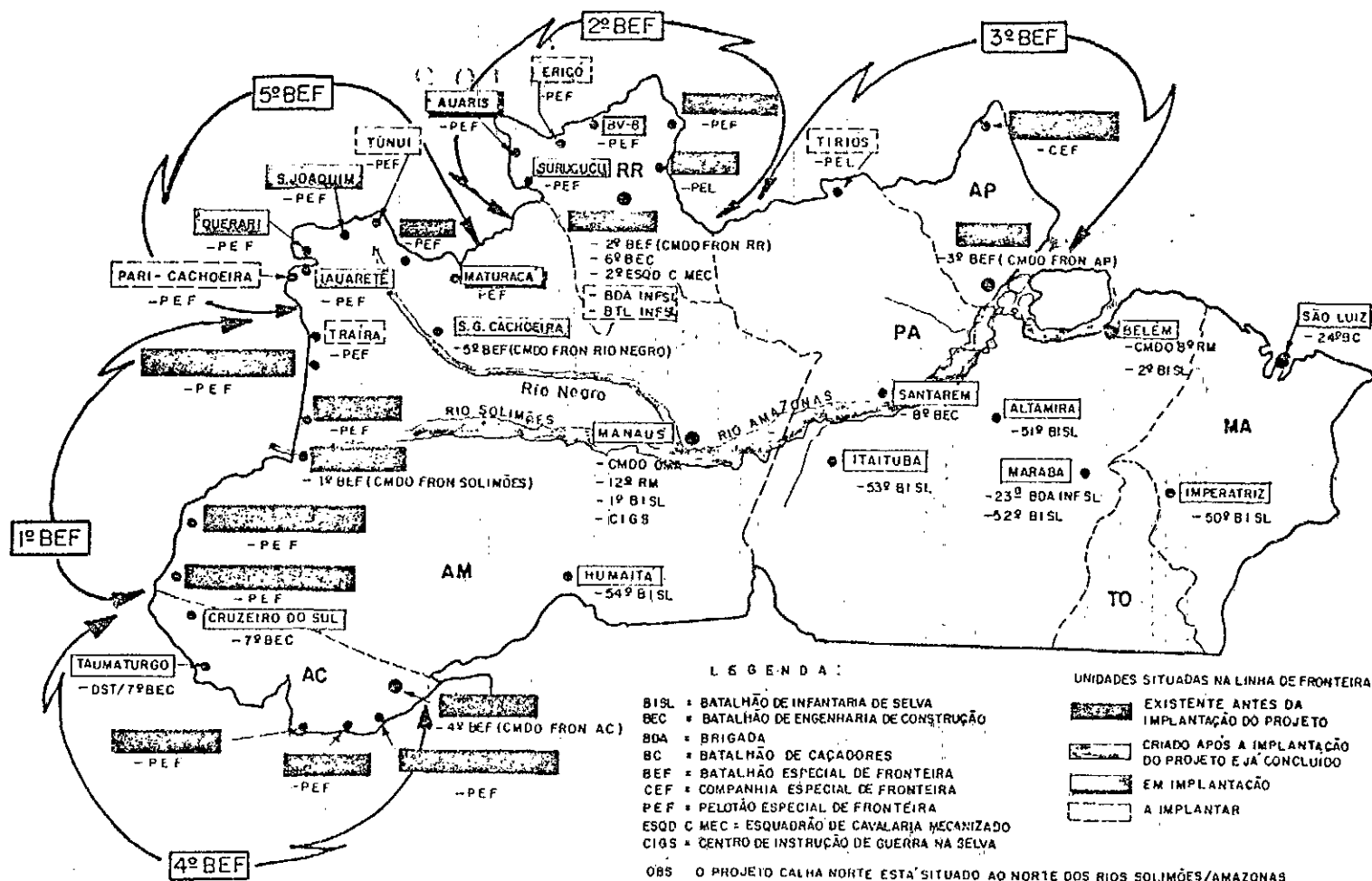
— Mapa da fronteira Brasil/Colômbia — região do Traíra.

— Croqui da região do rio Traíra.

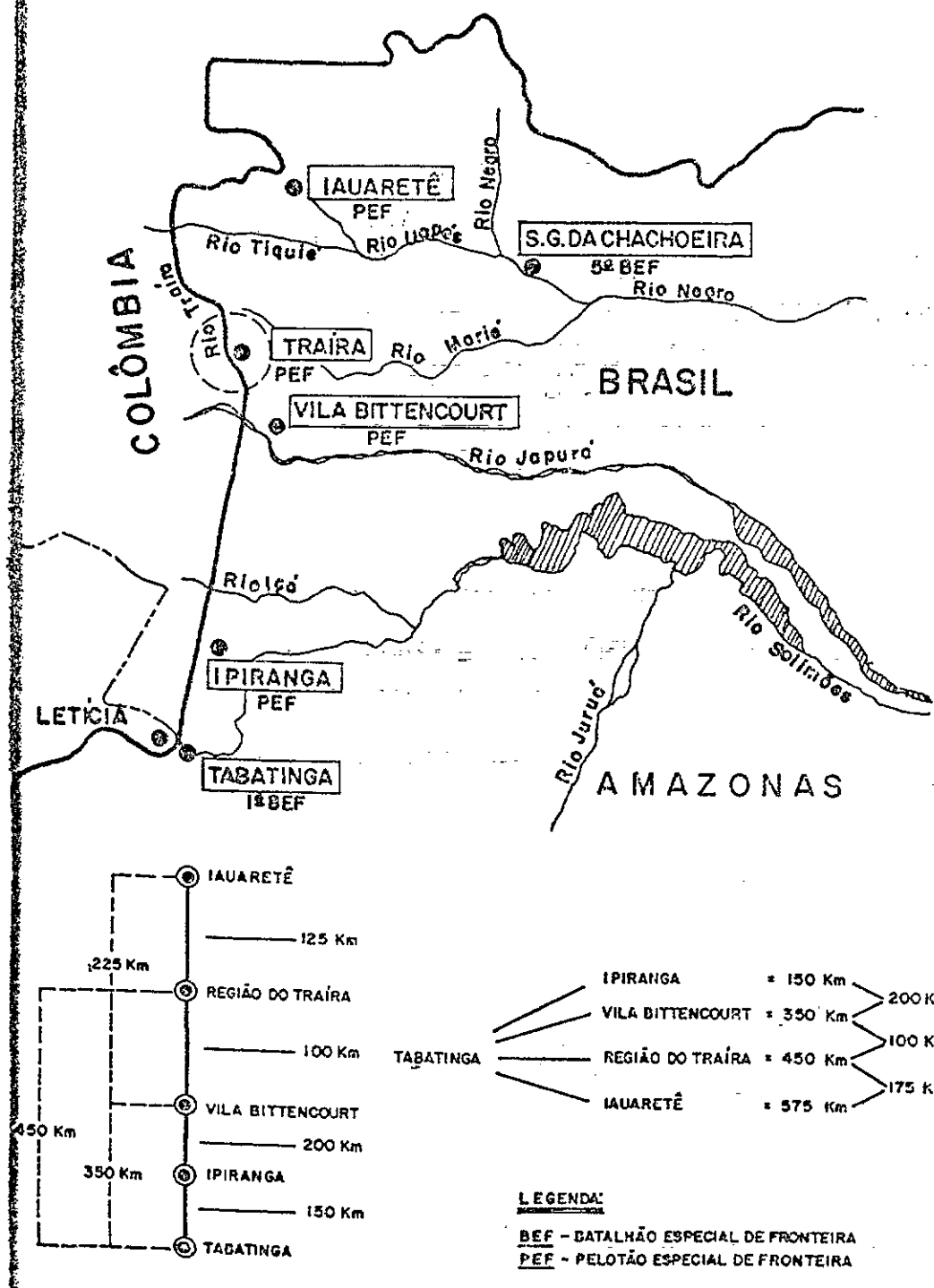
— Mapa de distâncias para o transporte fluvial/marítimo.

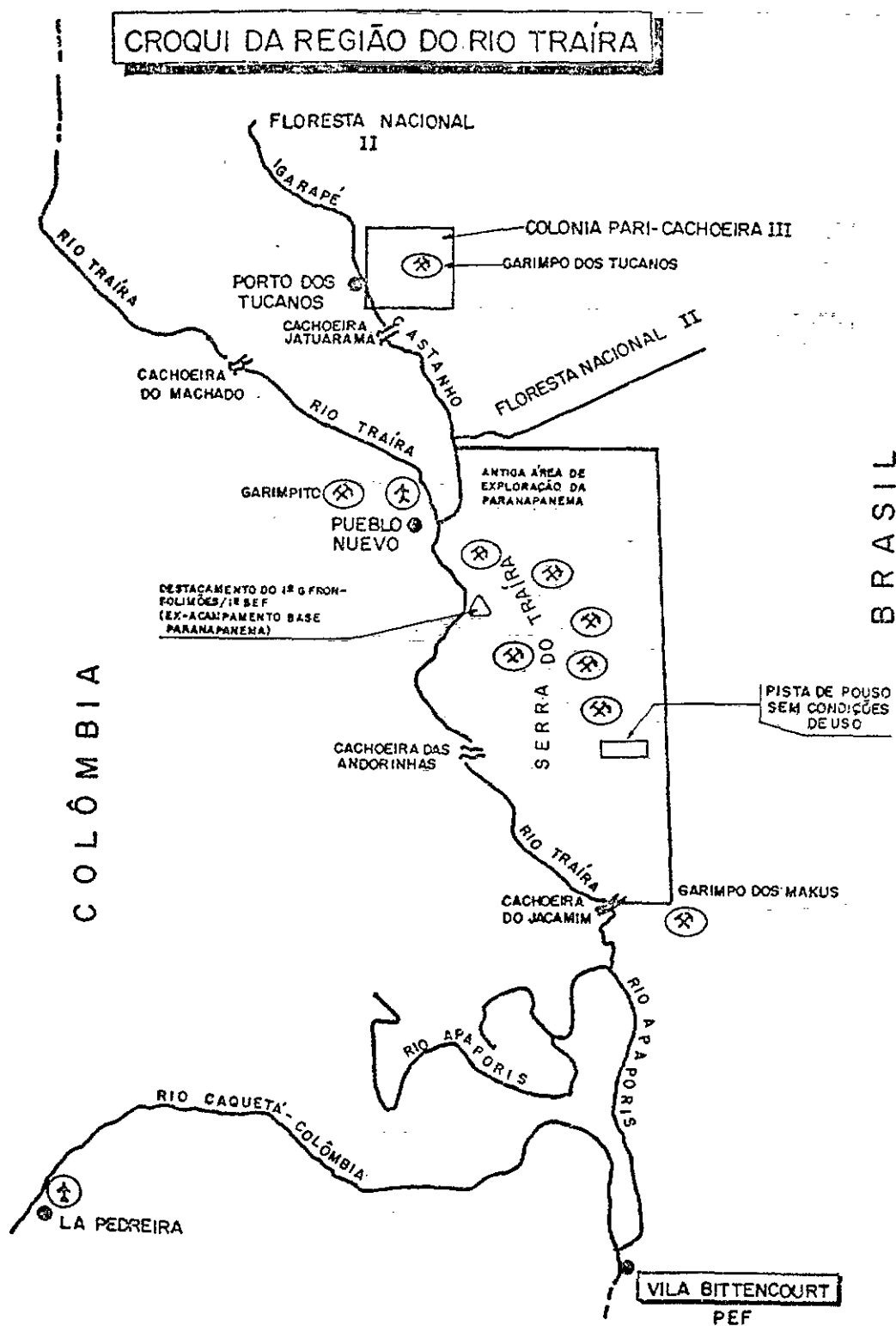
DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
MINISTRO CARLOS TINOCO EM SEU
PRONUNCIAMENTO

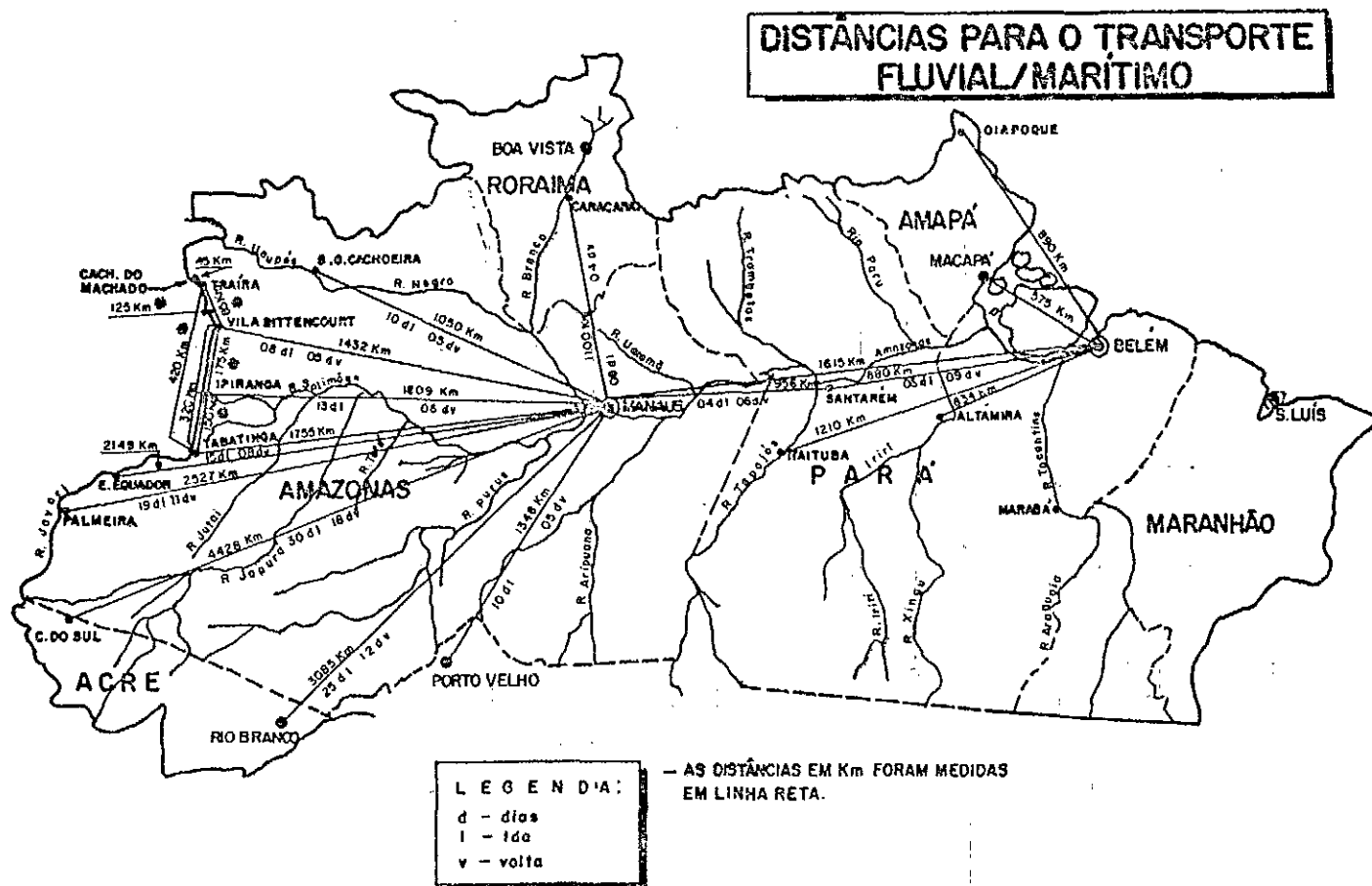
DISPOSITIVO DA FORÇA TERRESTRE



FRONTEIRA BRASIL/COLÔMBIA REGIÃO DO RIO TRAÍRA







O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vai ter início a fase das interpelações a S. Ex^a o Sr. Ministro do Exército.

De conformidade com a lista de inscrição, o primeiro senador a interpellar S. Ex^a é o Senador Humberto Lucena, primeiro inscrito e autor do requerimento de que decorreu a presença nesta Casa do Exm^o Sr. Ministro do Exército Carlos Tinoco Ribeiro Gomes.

A Presidência lembra ao nobre Líder Humberto Lucena que S. Ex^a dispõe de cinco minutos para interpellar S. Ex^a o Ministro do Exército.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro do Exército, General Carlos Tinoco, seja V. Ex^a bem-vindo a esta Casa, que lhe convocou para ouvir os seus esclarecimentos sobre os incidentes ocorridos, recentemente, na fronteira Brasil—Colômbia, na região do rio Traíra.

V. Ex^a, na sua exposição, se referiu à importância geopolítica da Bacia Amazônica, de sete milhões e trezentos mil quilômetros quadrados, integrada por sete países. V. Ex^a se referiu também à cobiça internacional que paira sobre a região Amazônica, dando ênfase ao Projeto dos Grandes Lagos, à ação externa contra a implantação do Projeto Carajás, à tentativa de solução supranacional, visando à preservação da floresta tropical, sob o argumento de defesa do meio ambiente.

V. Ex^a se referiu ainda ao Projeto Calha Norte, como ação administrativa integrada, sob a execução do Ministério do Exército, com os objetivos de uma maior presença brasileira na área; de ampliação do relacionamento bilateral com os países vizinhos; de expansão da malha viária; do fortalecimento da presença da Polícia Federal e da Receita Federal na região e, bem assim, da proteção e da assistência às populações indígenas.

V. Ex^a se referiu aos destacamentos militares de fronteira, que têm atuado permanentemente na defesa dos interesses nacionais. Não me cabe senão congratular-me com V. Ex^a, que prendeu a atenção do Plenário, ao proferir as suas palavras.

Como sabe V. Ex^a, sou um homem público do Nordeste. Estou acostumado a aplaudir as ações do Exército Nacional naquela região, através dos Grupamentos Militares de Engenharia, que nos têm prestado valiosos serviços, no que tange não apenas à construção e à conservação de estradas, mas também, durante os anos de estiagem, à assistência aos flagelados ao cumprir tarefas determinadas pelo Governo Federal.

Mas V. Ex^a se referiu, afinal, ao problema crucial, que nos preocupou e que nos fez convocar V. Ex^a a este plenário, relacionado justamente com os lamentáveis incidentes na fronteira Brasil—Colômbia, na região do rio Traíra.

V. Ex^a, na sua exposição, mencionou apenas o incidente, salvo engano, do dia 26 de fevereiro próximo passado, quando uma patrulha do Exército brasileiro, ali destacada, composta de 17 pessoas, foi traiçoeiramente atacada em seu acampamento, às margens

do rio Traíra, por um grupo armado que seria pertencente à FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), o que resultou na morte de três soldados e no ferimento de mais de uma dezena.

Entretanto, V. Ex^a omitiu, ao que me parece, o incidente posterior, do dia 5 de março próximo passado, quando uma patrulha de 25 homens do Exército brasileiro teria, segundo versão da imprensa, emboscado colombianos, supostamente componentes do mesmo grupo que atacara os brasileiros dias antes.

Esse ataque encerrou-se com o saldo de sete colombianos mortos, que foram enterados em vala comum, às margens do rio, sob a alegação de que guerrilheiro não é assistido pela Convenção de Genebra, conforme afirmou à revista *Veja* o Tenente Coronel Evandro Vaz, do Comando de Fronteiras do Solimões.

Ademais, não desconhece V. Ex^a, Sr. Ministro, que houve também, no noticiário a respeito desses graves incidentes, uma certa divergência quanto a esses conflitos armados. As dúvidas residem no fato de que alguns observadores insistem em afirmar que, além de guerrilheiros, alguns garimpeiros estariam envolvidos nos incidentes da fronteira.

Diante disso, faria a V. Ex^a, as seguintes perguntas:

1. O Exército matém apenas dez mil soldados, e de modo precário, em uma área equivalente à metade do território nacional, quando o efetivo do Estado de São Paulo atinge oitenta mil soldados?

2. Constitucionalmente, o Exército brasileiro deve defender a fronteira. Nessa missão específica, os soldados brasileiros têm enfrentado não apenas guerrilheiros, mas também garimpeiros, e, também, apreendido ouro na fronteira com a Colômbia?

Essas ações não seriam da alçada competente da Polícia Federal?

3. Teria havido algum envolvimento de militares brasileiros com o comércio de ouro, já que em Tabatinga foram abertos cinco IPM sobre fatos dessa natureza?

4. E, por último, se os destacamentos de fronteira do Exército estão devidamente aparelhados para atuar, principalmente em termos de condições de trabalho e de comunicação?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Ministro que S. Ex^a dispõe de igual tempo destinado ao interpellante, Senador Humberto Lucena, ou seja, de cinco minutos.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador, a sua pergunta daria margem a uma longa explanação sobre todos esses aspectos. Mas o fato de eu dispor de apenas cinco minutos leva-me a, resumidamente, procurar responder às suas indagações.

Primeira, a ação da qual decorreu a morte de guerrilheiros colombianos. Eu digo guerrilheiros, porque desde o início tivemos a certeza

de que se tratava de guerrilheiros. Não só porque eles assim se declararam, mas principalmente pelo tipo de ação que empreenderam.

Há poucos dias, tivemos notícias, através do Exército colombiano, em Letícia, de que eles, os colombianos, já não tinham mais dúvidas de que se tratava realmente de guerrilheiros. E isso está hoje confirmado. Eu disponho, aqui, de uma notícia transmitida em fax, hoje, pela manhã, de uma entrevista dada pelo General Luís Eduardo Rocca, comandante das Forças Armadas colombianas, ao jornal *El Tiempo*, de Bogotá, datado de hoje. Nessa entrevista, o General Rocca diz que:

“O ataque contra uma base militar da vizinha nação, no passado 26 de fevereiro, que custou a vida de três soldados e dois garimpeiros, foi executado por uma força de quarenta homens das FARCS, deslocadas de Guaiare, com a cumplicidade de mineiros colombianos que deram informações sobre os movimentos e localização das forças brasileiras.”

Isso caracteriza para nós, do que nunca duvidamos desde o início, tratar-se realmente de guerrilheiros.

A ação da qual decorreu a morte de sete deles ocorreu em um entrechoque ao qual eu me referi, entrechoque esse em que foram abatidos esses sete guerrilheiros, claramente participantes da ação, porque com eles foi encontrado um Parafal — um fuzil — que havia sido retirado e levado na ocasião do ataque, e foram encontrados enterrados diversos pertences que haviam sido também retirados por ocasião da ação do dia 26: uniformes, redes de camuflagem e outros pertences dos soldados.

Com relação à apreensão de ouro, eu diria, fazendo um retrospecto para que seja o assunto melhor entendido que, em realidade, nós não fizemos apreensão de ouro. O que vinha ocorrendo, desde o ano passado, é que os garimpeiros que entravam em território nacional, por orientação do Ministério das Relações Exteriores, eram simplesmente entregues às autoridades colombianas sem sequer serem revistados.

A partir do momento em que os colombianos passaram a nos acusar de estarmos ficando com o ouro (isso se explica porque estes garimpeiros vinham ao território brasileiro tirar ouro para entregá-lo a elementos da guerrilha) estes garimpeiros começaram a reter esse ouro, deixando de entregá-lo; para justificar, diziam que havíamos ficado com o ouro, o que era uma inverdade. Em vista disso, o comandante do batalhão determinou que o ouro apreendido — esse ouro em pó normalmente é transportado em vidrinhos de anestésicos para extração dentária — fosse jogado no rio, para que ficassemos livres da acusação de estar ficando com o ouro (o que não acontecia). Procedimento irregular, foi imediatamente determinado ao comandante que deixasse de fazer dessa forma.

Temos plena consciência de que não é encargo nosso apreender ouro. Apreender ouro é encargo da Polícia Federal. Podemos até fazer esse trabalho em cooperação com a Polícia Federal. Ocorre que a Polícia Federal não tem estrutura na região para fazer esse serviço. Já entramos em contato com as autoridades competentes para que se possa organizar esse tipo de trabalho daqui para a frente.

Então, na realidade, não se fez apreensão do ouro.

Com relação a inquéritos realizados em Tabatinga — permita-me V. Ex^a enfatizar — para o Exército brasileiro é uma questão de honra averiguar, em toda a sua profundidade, qualquer denúncia que exista. Qualquer denúncia concreta que recebamos é imediatamente objeto de investigação. Todos os casos são investigados.

Quanto aos efetivos de que dispomos na Amazônia, em comparação com os de outros estados, diria a V. Ex^a que os efetivos que lá se encontram destinam-se à vigilância de fronteiras. O nosso Exército, podemos dizer, é organizado, basicamente, em três Escalões: um Escalão de Vigilância e Fronteira, que é essa tropa que vigia a fronteira e que tem efetivo adequado às condições da área fronteira; uma Tropa de Ocupação, que caracteriza a presença do Exército brasileiro no território nacional; e, uma tropa à qual chamamos de Força de Intervenção, que são as Brigadas chamadas Estratégicas e que reúnem condições de intervir em qualquer ponto do território nacional, tão logo isso se faça necessário.

Portanto, os efetivos de Fronteira não podem ser comparados com os efetivos existentes em outras áreas do território nacional. O que precisamos verificar é se esses efetivos dispõem das condições necessárias, se estão aparelhados, como diz V. Ex^a, para cumprir a sua missão. Esses efetivos espalhados na fronteira carecem, fundamentalmente, de meios de comunicação mais modernos e, principalmente, de meios aéreos que permitam a ação imediata da força, quando se fizer necessário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência indaga ao nobre Senador Humberto Lucena, se S. Ex^a deseja utilizar o tempo destinado à tréplica.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, serei breve.

Sr. Ministro, só nos cabe dar absoluto crédito às palavras de V. Ex^a, quanto à ação guerrilheira desenvolvida por colombianos contra o destacamento militar brasileiro, na fronteira com a Colômbia, na região do rio Traíra.

Tenho apenas uma dúvida sobre se alguns garimpeiros foram ou não envolvidos na ação militar, ocorrida no dia 5 de março último, quando teriam sido eliminados cerca de sete colombianos.

Houve um depoimento de dois fotógrafos da imprensa brasileira, Nino Pedrosa e Paulo

Jales, segundo o qual, de acordo com o filme que eles teriam em mãos, se apontaria para algumas contradições, de vez que quatro garimpeiros teriam sido, na verdade, presos antes da morte dos outros sete colombianos eliminados pelas tropas brasileiras, e não depois.

E, com relação ao último ataque, a Polícia Nacional colombiana teria informado à imprensa que no dia 12 de março próximo passado, os nomes de cinco garimpeiros desaparecidos naquele período os quais, se supõe, estariam entre os sete colombianos mortos.

Portanto, entre aqueles que foram apontados como guerrilheiros —, e que eu acredito que sejam, porque creio na palavra de V. Ex^a — também se situariam alguns garimpeiros.

Era apenas esta questão que me restaria colocar para V. Ex^a.

E, afinal, solicitaria a V. Ex^a, que, na devida oportunidade, nos enviasse, através da Presidência do Senado Federal, o inteiro teor do Projeto Calha Norte para que nós possamos ter inteiro conhecimento desse plano que nos parece de fundamental importância para a região amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência oferece a palavra ao nobre Ministro Carlos Tinoco, se S. Ex^a deseja utilizar o tempo destinado à tréplica.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador, a continuação da pergunta de V. Ex^a me permite esclarecer, completamente, os fatos.

Em realidade, os sete mortos são, efetivamente, guerrilheiros. Houve a prisão de quatro colombianos que navegavam num barco, pelo rio Traíra posteriormente a essa morte e dos sete guerrilheiros, e que tiveram seu barco apreendido porque no barco havia uma boina pertencente ao Exército brasileiro e um livro de português. O fato de existirem esses pertences no barco nos levaram a suspeitar desses indivíduos. Eles foram interrogados, não responderam às perguntas de forma a deixar o assunto esclarecido. Um deles alegou que havia recebido aquilo de presente, de um outro soldado, em outra ocasião. Mas o fato é que esses quatro colombianos foram, posteriormente, entregues às autoridades colombianas, em Vila Bittencourt, e esse depoimento do General Rocca se refere a eles também.

Permito-me ler, aqui, o que ele diz, porque fomos também acusados de haver maltratado esses homens.

Diz aqui o General Rocca:

“Os detidos não deram explicações satisfatórias e foram entregues ao Exército, em Letícia, capital da Comissaria do Amazonas, às autoridades colombianas, em presença do procurador regional. Examinaram-nos e encontraram algumas escoriações nos pulsos, produzidos por algemas.”

Está aqui a declaração clara do General Rocca, que caracteriza, sem sombra de dúvi-

da, que foi mais uma invenção dizer que esses homens haviam sido torturados.

Eram esses os esclarecimentos que eu queria prestar.

O Sr. Humberto Lucena — Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao orador imediatamente inscrito, que é o nobre Senador Almir Gabriel.

A Presidência esclarece, mais uma vez, que o nobre Senador Almir Gabriel e os demais inscritos disporão de 5 minutos para interpellar o Sr. Ministro do Exército.

O SR. ALMIR GABRIEL (PSDB — PA) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Exm^o Sr. Ministro, General Carlos Tinoco, nossa posição é de clarear, para a sociedade brasileira e para o Senado, todo o envolvimento do Exército, nesta operação do rio Traíra, a fim de que não paire dúvidas sobre a posição assumida pelo Exército, especialmente com relação à questão ser ou não ser, ter ou não ter garimpeiros e guerrilheiros na área do Traíra.

A primeira pergunta que quero fazer a V. Ex^a, é a seguinte:

1) Em maio de 1986, o Comando de Fronteiras do Solimões enviou um pelotão para a região do Traíra, com a incumbência de desalojar garimpeiros que ocupavam uma área requisitada pela mineradora Paranaapanema. O fato sucedeu a uma operação semelhante — e fracassada — de uma empresa de segurança particular, contratada pela mineradora. Gostaríamos de saber qual o motivo que levou o Exército a fazer esta operação, em área de uma empresa privada. Gostaríamos também de ser informados sobre a razão do Exército estar novamente na área, ainda pertencente à Mineradora, que, até 1989, estava guardada pela polícia do Estado do Amazonas, sem que tenhamos maiores explicações para que a polícia lá estivesse.

A segunda pergunta é a seguinte:

O Coronel Evandro Augusto Pamplona Vaz, que comanda as forças militares na fronteira contígua ao rio Solimões, negou-se em várias oportunidades a fornecer a identidade e o paradeiro das pessoas mortas em ação de combate empreendida pelo Exército brasileiro. O Coronel alegou que estava protegido pela Convenção de Genebra, que não dá cobertura a guerrilheiros. Diante da suspeita levantada pelas autoridades colombianas de que o Exército brasileiro teria matado garimpeiros inocentes, V. Ex^a não considera adequado liberar a identidade dos mortos e exumar os corpos, se necessário, com vistas a dirimir qualquer dúvida?

V. Ex^a já deu ao Senador Humberto Lucena uma resposta sobre a questão dos fotografias feitos durante a série de fatos que aconteceram na área, todavia eu gostaria de insistir nisso.

O filme Fuji, de 36 poses, número de série 130, foi entregue pelo Exército aos fotógrafos Mino Pedroza, de O Globo, e Paulo Jares,

da revista *Veja*, para ser revelado. Os fotografos viram os fotogramas 7-A e 8-A, retratando a prisão de um grupo de garimpeiros, entre eles um senhor de bigodes e meia calva, e, na ponta do filme, os fotogramas 27-A, 28-A e 29-A, contendo imagens de três dos sete mortos. Nesta sequência temos o seguinte problema: a versão oficial diz que o Exército matou sete colombianos na terça-feira, 5 de março, e prendeu quatro garimpeiros da mesma nacionalidade, na tarde da quarta-feira, 6 de março. Se o filme retratasse estas duas operações, seria impossível a foto dos mortos surgir após a foto da prisão dos garimpeiros. Se isto ocorreu e se, como os fotografos constataram, entre os garimpeiros presos na quarta-feira não havia nenhum semicalvo e de bigodes, fica evidente que o Exército fez uma outra ação de detenção de pessoas, que, por algum motivo, não quer que chegue ao conhecimento do público. Como o senhor veio aqui para esclarecer a ação das Forças Armadas naquela fronteira, espero que seus comandados o tenham esclarecido e que o senhor possa nos revelar se realmente houve outra ação até aqui não revelada.

A pergunta seguinte é:

Os quatro garimpeiros detidos pelos soldados brasileiros, dois deles com apenas 16 anos, denunciaram terem sido torturados, espancados e pressionados psicologicamente, durante 24 horas em que estiveram presos no acampamento de nosso Exército. Aos repórteres que estiveram em Letícia — capital do departamento colombiano do Amazonas — eles mostraram os vergões, em carne viva, deixados em suas peles pela corda com que ficaram amarrados por mais de 15 horas.

Permita-me clarear através das fotos da revista *Manchete*, que mostram essas pessoas amarradas com corda, em posição de bastante desconforto, pelo que a questão da colocação das algemas nos pareceu, pelo menos, levada a V. Exª de forma provavelmente incompleta.

Esses garimpeiros negaram a versão de que estivessem transportando em seu barco uma boina e uma agenda de endereços pertencentes a soldados brasileiros. Por outro lado, o repórter da revista *Manchete*, Edilson Martins, que presenciou o momento em que o sargento achou os objetos dentro da embarcação, esclareceu que a revista do barco foi feita apenas 14 horas após a sua atracação. Para o fotógrafo da *Manchete*, Ricardo Beliel, os militares que estavam no Traíra mostraram uma gramática de língua portuguesa com o nome Cruz, gravado no dorso do livro. Não lhe parece estranha a demora para a revista do barco e a contradição sobre o material nele existente?

Eram essas, Sr. Ministro, as questões que eu gostaria de fazer, fazendo bem clara a posição nossa de que, através da palavra de V. Exª, o Exército brasileiro dê à Nação a inteira transparência de todos os seus atos, como tenho certeza, é a posição de V. Exª e do comando atual do Exército brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Ministro Carlos Tinoco.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador, as suas perguntas me permitem, como solicita, clarear mais a questão. Vejamos uma a uma.

V. Exª sabe que nessas áreas fronteiriças, basicamente, o Governo Federal só existe através dos nossos pelotões de fronteira e da nossa tropa que a vigia. Se fomos chamados em 1986 para resolver algum problema na área da Paranapanema, isso ocorreu por solicitação daquela empresa, como também em outras oportunidades.

V. Exª deve lembrar-se que durante a minha exposição eu disse que o período da lavra da Paranapanema não foi muito tranqüilo, ocorreram permanentemente entreveros com garimpeiros brasileiros e colombianos, e o pequeno contingente da Polícia Militar do Amazonas, que lá existia, nem sempre tinha todas as condições para solucionar problemas. Em várias ocasiões fomos solicitados, inclusive pelo Governo do Estado, a prestar uma colaboração de modo que a situação se acalmasse. Fazemos isso normalmente nessas áreas fronteiriças, onde, como disse, os Governos Estaduais e o Federal não conseguem chegar com a sua presença, apenas nós estamos lá.

Evidentemente, temos que nos envolver com esses problemas, não que o queiramos, mas porque somos os únicos presentes.

O Exército está na área, mais especificamente nessa área do Traíra, com uma presença mais forte, a partir de março do ano passado, quando a empresa Paranapanema abandonou a lavra, e daí saiu o pequeno contingente da Polícia Militar. E como os garimpeiros já haviam se habituado a entrar na região, nacionais e colombianas, passamos a ter que nos preocupar com isso, de modo a impedir que o ouro extraído por esses garimpeiros fosse levado para território estrangeiro.

Com relação ao problema da identificação e exumação de mortos a que V. Exª se referiu: este é um problema que, certamente, ficará a cargo do governo colombiano, ele é que será o juiz disso.

Quanto à sequência dos fotogramas, eu lhe diria, para esclarecer, o seguinte: a operação contra esses guerrilheiros, da qual resultou a morte de sete guerrilheiros, foi antecipada pelo aprisionamento de três deles, que foram levados ao acampamento e prestaram declarações, informando onde estava o grupo maior de guerrilheiros. Nessa ocasião, ao conduzirem nossa patrulha a essa área, numa tentativa de fuga, acabaram todos sendo mortos. Isto explica por que apareciam antes fotografias de outros indivíduos.

Com relação aos quatro presos posteriormente, já me referi à declaração do General Rocca, que aparece numa entrevista hoje dada. Se V. Exª atentar bem para as fotografias que a *Manchete* publica, verifica que, em realidade, os indivíduos presos não têm nenhuma

marca no corpo, nem no rosto, uma marca sequer de um simples sinal de unha. As fotografias são muito claras. O fato de eles estarem amarrados, estarem em posição não muito adequada, como diz V. Exª, evidentemente decorre da situação que se vivia no momento. Será perfeitamente compreensível entender que após uma ação de guerrilha, que resulta na morte de três soldados e no ferimento de outros nove, qualquer indivíduo que aparecesse, nessas circunstâncias, transitando pelo local, evidentemente teria de ser considerado suspeito.

Então, a declaração do General Rocca confirma que em realidade não ocorreu nenhuma tortura com esses presos. O que pode ter ocorrido, talvez, é que as ações possam ser consideradas um excesso, digamos assim, com relação a medidas tomadas na ocasião da prisão, mas no meu modo de ver perfeitamente justificáveis em função das circunstâncias que envolviam o problema.

É muito difícil, afastado do local do problema e não vivendo a tensão e as emoções envolvidas, avaliarmos exatamente o que ocorreu, mas certamente as circunstâncias dessa prisão, por ter ocorrido imediatamente após a ação guerrilheira, que foi de uma violência completa, uma violência total, influenciaram bastante nos acontecimentos.

Com relação à revista do barco, o conhecimento que tenho — e acredito que este seja a realidade — é que esse barco foi revistado na ocasião do aprisionamento e não havia nenhuma justificativa, nenhuma explicação plausível, para que essa revista só fosse ocorrer depois de 14 horas. O natural seria uma revista imediata. De modo que sou propenso a acreditar que essa informação do repórter, de que a revista teria ocorrido após 14 horas, é uma informação equivocada.

Eram esses os dados que eu poderia aduzir.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pergunta ao nobre Senador Almir Gabriel se S. Exª deseja utilizar o tempo destinado à réplica?

O SR. ALMIR GABRIEL — Será rapidamente, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, um aspecto que me parece particularmente dramático é que, na medida em que o nosso sistema econômico tem expulso a miséria do Centro-Sul e de todas as outras áreas do Brasil, ela tem transbordado na Amazônia, e tem transbordado, muitas vezes, fazendo com que pessoas se debrucem em garimpos que começam no sul do Pará, seguem e terminam, atualmente, na área de Roraima, na assim chamada "Cabeça de Cachorro".

Esta área do rio Traíra foi, primeiro, atingida por garimpeiros. Só depois é que a Paranapanema tomou conhecimento e a requereu para lavra. Não seria melhor que os garimpeiros tivessem permanecido na área com vistas a apanhar aquele outro de aluvião e terem uma forma compensatória para aquela miséria que os expulsa de todas as outras áreas e, assim, ao invés das Forças Armadas, quer estaduais, quer federais, resguardarem o di-

reito de lavra, como esse concedido à Parapanema, fosse resguardado aos garimpeiros?

Uma segunda questão, que quero colocar para V. Ex., certamente o faço pelo enorme apreço que temos em relação ao Exército Brasileiro e à figura de V. Ex.

Sabe bem V. Ex. que a região do Tapajós tem hoje uma quantidade extraordinária de garimpos. Algumas pessoas falam em 200 mil pessoas, outras falam em 500 mil, outras em 600 mil. A região do sul do Pará também tem uma quantidade bastante grande de pessoas ligadas à área do garimpo. É também muito falado em meu estado a relação garimpo/droga e há, de parte do Tribunal de Contas da União, um relatório que foi remetido para o Senado no qual se admite que 70% do ouro do Brasil é desviado, está fazendo a riqueza de pessoas na Europa e em vários outros lugares. É conhecido entre nós o fato mesmo de que São Paulo e o Uruguai apareçam com uma quantidade de ouro produzido a cada ano bem superior ao produzido no próprio Estado do Pará, que hoje é garimpado em todas as áreas.

A pergunta, portanto — e um apelo que nós fazemos —, é no sentido de saber se existe alguma coisa dentro das Forças Armadas em relação, também, com a Polícia Federal, e em articulações com os estados, buscando conter todo esse problema da maior gravidade que envolve com frequência crimes hediondos na Amazônia e particularmente no Estado do Pará.

Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer a V. Ex.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro Carlos Tinoco.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador Almir Gabriel, a sua complementação da pergunta é muito interessante, porque, realmente, aí está o "X" do problema.

V. Ex. se lembra de que, em minha exposição, adiantei que é de extrema importância o tratamento global do problema; até mesmo ousei afirmar que o Projeto Calha Norte deveria se estender a toda a Amazônia, exatamente porque é um problema que tem que ser analisado de forma global.

Se nos reportarmos, especificamente, à região do Traíra, podemos nos perguntar: o que está acontecendo lá hoje?

O que está acontecendo é que a região está se humanizando. Há um pequeno núcleo habitacional colombiano próximo à região, e se nós não tivermos lá um pequeno núcleo habitacional que se contraponha a esse núcleo no país estrangeiro, o nosso pessoal começa a ser atraído para essa outra área. É em decorrência disso que os índios tucanos estavam a adquirir mantimentos vindos de Pueblo Nuevo. Então, é necessário um planejamento — e esse problema já foi levado ao Governo, mais especificamente à Secretaria de Assuntos Estratégicos — no sentido de que haja uma definição de soluções, porque o problema extrapola as Forças Armadas. É

necessária uma definição do Governo sobre o que pretende fazer com relação ao garimpo da serra do Traíra. Se vai permitir que ali funcione um garimpo organizado, é necessário que exista uma infra-estrutura que permita ao garimpeiro vender o ouro através da Caixa Econômica Federal ou de uma outra instituição financeira. É preciso que aí haja um elemento da Polícia Federal, em suma, que se instale, nessa região, um pequeno núcleo populacional que dê condições a uma exploração organizada e a essa população viver nessa área, à semelhança do que existe na Colômbia com relação à localidade de Pueblo Nuevo, onde moram os garimpeiros que trabalham na área do garimpo.

Os nossos pelotões de fronteira, como eu disse na minha exposição, dispõem, em sua estrutura, de um pavilhão de terceiros, que é apto a receber todos esses elementos pertencentes a outros ministérios ou a outros órgãos governamentais, necessários a que o Governo Federal e os Governos estaduais se façam presentes nessas áreas. Mas para instalarmos um pelotão com essas características, temos que, no mínimo, ter uma pista de pouso. Já fizemos contato com a Comara, que é a Comissão de Aeroportos da Amazônia, um órgão pertencente à Força Aérea, que já fez um levantamento dos custos para ali se instalar uma pista de pouso. Então, já foram levantados vários dados, de forma que possa haver uma decisão. O que se pretende fazer? Instalar aí uma pequena povoação, que, com o tempo, vá crescendo e permita ao garimpo funcionar normalmente, ou vamos impedir a ação de garimpeiros? E, nesse caso, teríamos simplesmente que continuar cumprindo a nossa missão de vigiar a fronteira e impedir que nacionais de outros países entrem em território nacional.

Não somos os juízes. Somos aquela instituição que se encontra na área — a única, no momento — e que age conforme as circunstâncias, nem sempre totalmente de acordo com o que toda a legislação permite, mas, sim, em função das circunstâncias. O nosso interesse é de que o Governo se faça presente através de outros organismos, e que cada um cumpra a sua missão, prevista pela Constituição, para que fiquemos com o encargo de cumprir apenas a nossa missão, que é assegurar a soberania nacional nessa área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MÁRCO MACIEL (PFL — PE.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Exército, General Carlos Tinoco, Srs. Senadores, antes de formular a minha indagação, eu gostaria de aproveitar a ocasião para fazer duas considerações que me parecem pertinentes ao instante em que estamos vivendo.

Em primeiro lugar, quero destacar o fato da presença do Sr. Ministro do Exército entre nós, neste instante. Sempre tive presente que ao Congresso cabe uma tríplice função: legislar, fiscalizar e funcionar como grande foro

de debates dos problemas do País. E não foi por outra razão que, certa feita, Woodrow Wilson, no seu livro *O Governo Congressional*, ele que era professor de História em Princeton e que depois se converteu em Presidente da República dos Estados Unidos, chamou a atenção para a grande significação da instituição congressual, da instituição parlamentar na nação norte-americana. Eu poderia dizer que hoje, de alguma forma, estamos vivendo um desses instantes, ou seja, o instante em que a instituição parlamentar se afirma, o instante também em que cumprimos — não apenas a função de legislar, mas aquela função de discutir, de forma responsável e serena, os grandes problemas do País.

De mais a mais, Sr. Presidente, eu gostaria também de, por oportuno, destacar que aqui se cumpre também um preceito constitucional, qual seja aquele que reza que os poderes são independentes mas devem ser harmônicos.

Está aqui presente o Sr. Ministro do Exército trazendo, com a sua exposição, esclarecimentos extremamente oportunos e adequados, não apenas com relação ao emprego das Forças Armadas, mas também e sobretudo ao papel que as Forças Armadas exercem entre nós no sentido do desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, ou seja, das regiões mais deprimidas, que são aquelas regiões que estão, infelizmente, mais distantes dos centros de decisão nacional, e aí se inscreve, em lugar destacado, a região Amazônica, que é, como todos nós sabemos, uma região que ocupa larga porção do território brasileiro e a partir da qual o País tem uma enorme faixa de fronteira. É, portanto, uma região importante, quer sob o ponto de vista militar, quer sob o ponto de vista econômico e social.

Esta é a primeira consideração que eu gostaria de fazer.

Segundo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de observar que da exposição do Ministro Carlos Tinoco também chegamos facilmente à conclusão do papel extremamente importante que ocupa o Exército Brasileiro, na sua tarefa precípua de manter de forma adequada, sob fiscalização, as nossas fronteiras, mas também o papel que o Exército cumpre e desenvolve nas regiões mais longínquas, ajudando a plena ocupação do nosso Território. E a Amazônia é sobretudo ainda uma região não devidamente ocupada, e por isso mesmo o Exército se converte, como podemos claramente constatar da exposição do Sr. Ministro, praticamente na única presença do estado, na única presença do poder político organizado na região Amazônica. Isso mostra, portanto, a significação que o Exército tem para nós no seu papel de promover o desenvolvimento econômico e social e um melhor esclarecimento da região Amazônica.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de fazer a indagação ao Sr. Ministro do Exército, e ela será extremamente breve. Gostaria de indagar como S. Ex. vê o episódio Traíra para o Exército e para o País, ou seja, como S. Ex. o Sr. Ministro encara o que se passou

numa visão do Exército e numa visão da nossa Pátria.

Era somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o Ministro General Carlos Tinoco.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador Marco Maciel, inicialmente devo agradecer a V. Ex.^a as referências elogiosas feitas ao nosso Exército.

Sabe V. Ex.^a muito bem que realmente o Exército constitui-se na única instituição presente nessas longínquas áreas de nossa fronteira.

Para mim, reafirmo mais uma vez, foi uma honra vir a este Plenário prestar esclarecimentos, porque também acho, como disse V. Ex.^a, extremamente importante a função parlamentar. E considero-me na obrigação de, todas as vezes em que for convocado, aqui vir para prestar todos os esclarecimentos necessários.

Com relação especificamente à pergunta de V. Ex.^a, gostaria de dizer que para nós, integrantes do Exército, o episódio ocorrido na região do Traíra significa fundamentalmente que essa fronteira começa a se vivificar.

Ao longo dos anos, o Exército vem participando dessa vivificação das nossas fronteiras, desde o Rio Grande do Sul, que hoje é uma fronteira totalmente consolidada, mas que teve inúmeros problemas; a fronteira oeste e seus problemas com os países vizinhos, e, hoje, esses problemas estão chegando às fronteiras norte e noroeste. Este é o significado primeiro: a região está se humanizando. E à semelhança do que ocorreu desde o Sul, quando se criaram lugarejos, vilas que hoje são cidades, vamos verificar que a cada cidade, cada vila, cada população em território estrangeiro corresponde uma em território nacional: Jaguarão—Rio Branco, Livramento—Rivera, Quaraí—Artigas, Barra do Quaraí—Bela Unión, Uruguaiana—Libres, Itaquí—Alvear, Ponta Porã—Pedro Juan Caballero, Corumbá—Puerto Suarez, Guajará-Mirim—Guajará-Mirim, na Bolívia. Em suma, sempre há necessidade, quando essa humanização começa a se processar, de que tenhamos em território nacional algum núcleo populacional que não seja específica e unicamente o Exército, e que caracterize a presença brasileira naquele local, a presença de uma população civil. Considero que é uma medida que se impõe pensarmos em ter nessa região do Traíra algum núcleo populacional que se contraponha à localidade existente na Colômbia, de Pueblo Nuevo, porque só assim nós iremos dar apoio não só aos possíveis garimpeiros que para lá se deslocam, mas, evidentemente, partindo da premissa de que o Governo opte por essa solução, também aos índios.

Verificamos que os índios tucanos da região Pari-Cachoeira III vivem na dependência de Pueblo Nuevo, verificamos que barcos sobem para fornecer gêneros, fornecer artigos de que os índios necessitam e, paralela-

mente, exploram os índios, ficando com o nosso ouro. Então, é absolutamente imprescindível que ocorra a criação de um núcleo populacional. E aí vem o aspecto relacionado com a Nação. Para o País é importante ter esta sensibilidade. Existe na fronteira uma pequena localidade que exerce atração sobre os brasileiros que eventualmente aí se encontram. Se quisermos assegurar a nossa nacionalidade, a nossa soberania, devemos ter aí também um pequeno núcleo. Porque, meus Srs. em realidade, a manutenção da nossa soberania, a nossa segurança não depende exclusivamente das Forças Armadas, ela depende de cada um de nós, ela depende do que o Governo como um todo possa fazer para, realmente, se fazer presente nessas áreas que estão se humanizando.

V. Ex.^a se recorda, ilustre Senador, que em minha palestra, ao terminá-la, eu disse que daqui para frente outros problemas, não necessariamente idênticos a esse que ocorreu no Traíra, certamente ocorrerão, em função desta humanização que começou e vai prosseguir. Então, para o Exército, a conclusão que nós tiramos é a seguinte: esta humanização está começando e é necessário que não só o Exército aí esteja, mas que o Governo Federal cheque com outros organismos e que possam, cada um em sua seara de atuação, cumprir a sua missão constitucional. Para o Governo deve haver a preocupação com o aspecto, de o nacional brasileiro estar sendo atraído pelos países vizinhos, pela inexistência de uma infra-estrutura nacional e fixá-lo naquela região. Eram essas as explicações e a resposta que poderia lhe apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— A presidência indaga do nobre Senador Marco Maciel, se ainda deseja utilizar o seu tempo destinado réplica.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE.)

— Sr. Presidente, por um breve instante eu estou satisfeito com as afirmações feitas pelo Sr. Ministro do Exército.

Mas, Sr. Presidente, já que S. Ex.^a se reportou ao Projeto Calha Norte e defendeu, inclusive, a necessidade de sua ampliação para toda a Amazônia, eu gostaria de indagar a S. Ex.^a se seria possível, em complementação, aliás, ao que já propôs o Líder do PMDB, Senador Humberto Lucena, que fosse enviado para o conhecimento desta Casa — Casa que, inclusive, tem a atribuição, não apenas como Casa da Federação, mas como Casa que tem atribuição, também, de examinar as questões relativas à formulação da nossa política externa, de modo especial para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional — a proposta de ampliação do Projeto Calha Norte. Isso daria um conhecimento não apenas do Projeto em si, do Projeto Calha Norte tal como ele hoje se desenvolve, mas, também, daria uma compreensão daquilo que preconiza o Poder Executivo, através do Ministério do Exército, para sua ampliação para toda a Amazônia.

Gostaria de saber de S. Ex.^a se seria possível, naturalmente, obtermos essas informa-

ções, sobretudo para melhor utilização pelos integrantes da Comissão específica desta Casa.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Sem dúvida nenhuma poderemos perfeitamente enviar esse projeto. Com relação a sua extensão a toda área da Amazônia é que deverá haver um pequeno retardo, porque estamos trabalhando exatamente nesse projeto de ampliação. Estamos fazendo um estudo com a finalidade de encaminhar ao Governo, mais especificamente à Secretaria de Assuntos Estratégicos, essa nossa proposta. Sem dúvida nenhuma, na ocasião, também faremos chegar ao ilustre Senador uma cópia da nossa proposta.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF)

— Sr. Ministro, gostaria de salientar que V. Ex.^a já dissipou muito as dúvidas que eu possuía. Fui o primeiro a apresentar aqui, no Senado, requerimento de informações, depois secundado pelo requerimento de convocação de V. Ex.^a a esta Casa.

Estou de fato satisfeito, genericamente, com a sua exposição e até, sem dúvida alguma, fã da sua flegma, de sua tranquilidade nas respostas. O Exército, enfim, os militares, são patriotas, como também nós somos patriotas. Acredito que, em amor à Pátria, não pode haver distinção entre brasileiros, e é nesta condição em que me situo, neste instante.

Sr. General, o conflito ocorrido na região do rio Traíra, na extensão em que produziu o ataque ao acampamento brasileiro e três jovens soldados morreram, não teria sido uma falta de precaução, de previdência, enfim, de medidas acatelasórias para que isso não ocorresse?

Segundo, Sr. Ministro, de quem teria partido, afinal, o primeiro tiro com relação às tropas colombianas? Afirma o General Tauraturo, Comandante Militar da Amazônia, que os brasileiros tiveram a iniciativa. Afirma, por outro lado, o Coronel Clóvis Ferreira que a iniciativa foi colombiana.

Acredito que esses dados são de extrema importância e devem ser aqui esclarecidos. Não teria sido, Sr. General, uma precipitação do Coronel Pamplona Vaz o resultado do conflito na extensão em que ele chegou, sobretudo no momento em que o Mundo estava vivendo um momento de muita tensão em decorrência da operação "Tempestade no Deserto"?

Não teria sido isso uma precipitação? Tudo não poderia ter sido evitado? Seria verdade, também, o que afirmou o Departamento dos Direitos Humanos da Colômbia de que há torturas com relação a colombianos em território brasileiro? Que essas torturas são praticadas por militares brasileiros, não só com

relação a esse episódio, mas também com relação a outros episódios anteriores?

Acredito, General Carlos Tinoco, que se torne de extrema necessidade que V. Ex.^a esclareça essas indagações, porque os comentários vistos por especialistas indicam que, na verdade, o conflito poderia ter sido evitado. Pareceu, portanto, uma represália exagerada brasileira, através de autoridades com relação a esses ditos guerrilheiros colombianos.

São essas as questões que, preliminarmente, solicitaria a V. Ex.^a me informasse, uma vez que os oradores anteriores já exauriram a matéria.

O Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador Maurício Corrêa, inicialmente, com relação ao requerimento de informações a que se referiu V. Ex.^a, estamos preparando as respostas. Em realidade, acredito que todas elas estejam já esclarecidas. De qualquer forma, nós as enviaremos.

No que concerne à possível falta de precaução da nossa tropa, diria a V. Ex.^a que, na realidade, não houve. Até então, lidávamos com simples garimpeiros que entravam em território nacional e eram tratados com todo cuidado. Inicialmente, como eu disse aqui, nem os revistávamos, e, por orientação do nosso Ministério de Relações Exteriores, nós os entregávamos imediatamente, tão logo fosse possível, às autoridades do país vizinho.

Desse modo, fica evidente, seria uma ingenuidade muito grande tratarmos mal e, principalmente, torturarmos indivíduos que, em seguida, iríamos entregar às autoridades colombianas. Isso não resiste, no seu modo de ver, a uma simples análise. Seria uma completa insensibilidade dar qualquer tratamento acima do que precisaria ser dado a esses garimpeiros colombianos.

Para que V. Ex.^a tenha uma idéia melhor sobre isso, eu acrescentaria que os dois garimpeiros colombianos, que estavam junto ao nosso destacamento, no dia do ataque dos guerrilheiros e que por eles foram mortos, aguardavam condução para serem deslocados para a Vila Bittencourt e estavam lá há quatro, cinco, seis dias, de tal modo integrados com o nosso pessoal que até mesmo participavam, ajudavam no rancho.

Isso é evidente para mostrar que o nosso homem, nós brasileiros de um modo geral somos pessoas cordatas, não — tratamos ninguém de graça; pelo contrário, procuramos tratar qualquer pessoa da melhor maneira possível.

Esses dois colombianos lá estavam como se integrantes do destacamento fossem. Por quê? Porque eles eram garimpeiros. Estavam em território nacional. Foram presos e deviam ser recolhidos. Não havia por que maltratá-los. Isso mostra que não há razão nenhuma para sermos acusados de cometer torturas. Isso é uma inverdade.

Estávamos, até então, enfrentando garimpeiros, apenas garimpeiros. Jamais poderíamos esperar uma ação guerrilheira. Nunca isso havia ocorrido. Nunca ocorreu isso na nossa História.

Sabemos que existem guerrilheiros em países vizinhos, até mesmo em regiões próximas à fronteira. Mas jamais esses guerrilheiros fizeram uma ação como essa em território nacional.

Estávamos ali simplesmente vigiando o rio, patrulhando o rio para que garimpeiros não entrassem em nosso território, não estávamos na expectativa de nenhuma ação guerrilheira. Quando esta se processou, é perfeitamente natural e compreensível, em função da violência com que ela foi realizada, que procurássemos — o que fizemos através de reconhecimento — verificar se havia ainda guerrilheiros por perto. Encontramos esses guerrilheiros.

Evidentemente que em um encontro com guerrilheiros V. Ex.^a tem é que atirar porque senão vai ser baleado. De modo que é perfeitamente justificável, compreensível, e os próprios colombianos entendem isso. Tenho aqui, inclusive, um documento muito interessante, das autoridades colombianas, lá da Comissaria, documento destinado a autoridades brasileiras e colombianas, dizendo, em suma, que eles entendiam perfeitamente a nossa reação. Eles, os próprios colombianos, dizem isso.

Não houve, de maneira alguma, nem falta de precaução, nem uma precipitação e uma resposta exagerada. Com relação a esse primeiro tiro, é evidente que na ação dos guerrilheiros só eles atiraram. Eles começaram por atirar nas duas sentinelas, que foram imediatamente eliminadas, e o outro soldado que morreu foi o que tentou uma reação mais efetiva, caminhou na direção de sua arma e foi baleado nessa ocasião. Todo o restante do destacamento foi imobilizado em função da chegada das duas colunas que, como disse, entraram através da floresta.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Entendi que V. Ex.^a disse que esse soldado que morreu foi um soldado brasileiro?

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Sim. Dos três mortos que tivemos na ação guerrilheira os três eram soldados.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Ah! Sim! V. Ex.^a está falando de antes, do episódio anterior. Estou me referindo ao segundo episódio. A iniciativa brasileira, segundo Geraldo...

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ah, não! Com relação ao segundo episódio, evidentemente que, quando houve o encontro, a iniciativa foi nossa, tanto que não tivemos nenhuma baixa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Era isso o que eu queria saber.

Bem, General, prefiro aqui ficar com aquela assertiva do eminente cientista político francês, Raymond Aron, que diz que as questões de fronteiras são eminentemente de di-

plomatas e de militares, e é claro que, dentro desse universo, fica difícil a nós, leigos e distantes dessa realidade, fazer interpretações difusas. Mas quero dizer a V. Ex.^a que não posso me furtar, embora dê toda a credibilidade ao depoimento de V. Ex.^a, um brasileiro ilustre, que também possa ter ocorrido, afinal, pedido de paz desses supostos guerrilheiros, porque lá não há prova fundamental, há apenas uma suposta entrevista do Comandante do Estado Maior das Forças Armadas Colombianas, que confirma exatamente a versão brasileira de que há terroristas.

Muito bem, nós, evidentemente, não podemos saber se naquele instante, aqueles supostos brasileiros estavam com suas bandeiras brancas levantadas ou se, na verdade, estavam correndo e se não teria sido uma precipitação brasileira.

Entre a verdade de V. Ex.^a e a minha, prefiro continuar com a minha dúvida, embora com respeito, é claro, ao que V. Ex.^a afirmou nesse instante.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador, em combate de guerrilheiros, vence quem atira primeiro. E não existe bandeira branca com guerrilheiros.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Bem, General, já não sei se se trata de guerrilheiro: V. Ex.^a afirma que sim. Agora é o caso de eu indagar: por que as lavagens de ouro, dólar, por que as imensas acusações existentes de que isso ocorre no Norte do Brasil nunca provocou uma reação, por exemplo, do Exército, pelo menos que fosse do meu conhecimento, para apreensão, detenção? Desconheço. Se houve, até hoje não sei. E como surgiu esse fato, vamos dizer, de uma forma tão abrupta? Não estou aqui defendendo guerrilheiro colombiano, sou democrata, social-democrata, sou brasileiro, sou a favor da ordem, respeito as funções das Forças Armadas. Não há acusação com relação a isso, mas permaneço com essa dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Deseja o eminente Ministro do Exército responder?

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador, repito, não somos apenas nós que estamos dizendo que se tratavam de guerrilheiros. Os colombianos hoje também, através da palavra do comandante de suas Forças Armadas, o estão afirmando.

Com relação à atuação das Forças Armadas, o Exército especificamente, em ações de apreensão de ouro etc, eu diria a V. Ex.^a que essa não é uma missão do Exército, mas da Polícia Federal. Nós, do Exército, temos as nossas diretrizes que dizem que devemos prestar toda colaboração à Polícia Federal em suas ações, não só com relação à apreensão do ouro, mas a qualquer tipo de ação nessas áreas onde há uma dificuldade maior de atuação da Polícia Federal, e sempre estaremos e estaremos prontos a colaborar, desde que sejamos solicitados a isso.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Agradeço a V. Ex^a, Sr. Ministro, mas, lamentavelmente, não foi o que ocorreu em Volta Grande; não foi o que ocorreu aqui, na Esplanada dos Ministérios. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem a palavra o nobre orador, imediatamente inscrito, Senador Oziel Carneiro.

O SR. OZIEL CARNEIRO (PDS — PA) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro do Exército, Carlos Tinoco, o episódio ocorrido no rio Traíra, deplorável, naturalmente, porque ceifou a vida de soldados brasileiros e também de cidadãos colombianos, deu-nos a oportunidade de receber aqui, no Senado Federal, S. Ex^a o Sr. Ministro do Exército, que em sua própria exposição resumiu o episódio, sem dúvida alguma, ao lamentável incidente de fronteira, sem nenhuma conotação de atingir a soberania nacional.

Antes de fazer qualquer indagação, gostaria de prestar a minha homenagem às Forças Armadas, como um cidadão que moureja na região amazônica. Ainda criança acompanhei — e mais tarde já como homem público — a ação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica levando assistência médica às populações ribeirinhas e aos índios que vivem naquela área.

Mas o que realmente mais me impressionou na exposição de V. Ex^a, Sr. Ministro, foi o problema da soberania nacional. Não o ligado ao episódio do rio Traíra, mas o criado por continuar a Amazônia com um enorme vazio demográfico e não ter quase nenhuma participação na formação do Produto Interno Bruto. E, também, diga-se, a bem da verdade, o de ter sido ultimamente relegada a segundo plano, sem dúvida, a política que vinha sendo adotada de ocupação daquela região em nome e no desejo nacional de integrar a região e desfazer os desequilíbrios econômicos e sociais inter-regionais.

O Projeto Calha Norte, evidentemente voltado para a calha do rio Solimões, e que V. Ex^a anunciou aqui que estão em elaboração estudos no sentido de ampliá-lo para toda a Amazônia é, sem dúvida, talvez, a melhor concepção de projeto de integração na área, porque o Projeto Calha Norte não só faz a união da ação de todos os órgãos do Governo Federal na região, como envolve também os governos estaduais e municipais, e tem levado não apenas a presença militar, mas tem-se preocupado com a assistência médica e também com a educação.

Mas eu tive oportunidade de falar no Senado sobre o Programa Calha Norte, exatamente premido pelo episódio do rio Traíra, porque muito me chocou e muito me impressionou a pobreza das instalações do posto militar que foi atacado por guerrilheiros colombianos.

Minha pergunta a V. Ex^a é: diante de tanta escassez de recursos, em virtude de estar relegado a segundo plano esse programa de desenvolvimento regional com o objetivo de integração nacional, seria viável ampliar o Projeto Calha Norte ou ele deveria ser concluído

dentro daqueles objetivos na área do Programa Calha Norte voltado para calha do rio Solimões? É a pergunta.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador, estamos de pleno acordo com V. Ex^a. Entendemos que o Projeto Calha Norte, como está concebido — e defendemos isso em nossa exposição —, deve ter um seguimento normal, deve realmente transformar-se num projeto global em que todos os ministérios e demais organismos do Governo lá estejam presentes. Eu salientei, inclusive, que os nossos pelotões em sua estrutura e em sua organização possuem um chamado "pavilhão de terceiros" destinado a receber os representantes desses outros ministérios e organismos.

Entendemos que esse projeto deve ter a sua sequência normal, implementando-se cada vez mais; e defendemos, numa segunda fase, que ele se amplie, podendo, com o correr do tempo, soldar essas duas etapas.

O importante, em nossa concepção, é que os problemas que envolvem o grande espaço da Amazônia sejam tratados de maneira global e não isoladamente. Em nosso entendimento essa é a grande concepção.

Agradeço as referências elogiosas às Forças Armadas e diria a V. Ex^a que a pobreza das instalações do destacamento decorrem do aproveitamento das já existentes que pertenciam à Paranapanema.

Tão logo seja possível, nós estaremos dando ao nosso destacamento, na região do Traíra, todas as condições para que ele realmente possa melhor cumprir a sua missão.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Consulto o nobre Senador se deseja fazer uso da réplica.

O SR. OZIEL CARNEIRO — A resposta me satisfaz. Gostaria de congratular-me com S. Ex^a pela firmeza, clareza e sinceridade com que respondeu aos questionamentos que foram colocados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem a palavra o nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL — MT) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro do Exército, como homem de fronteira do Estado de Mato Grosso — fazemos fronteira viva e permanente com a nação boliviana — preocupam-nos, bastante, os problemas fronteiriços do Brasil. E, nesse momento, em que V. Ex^a vem a esta Casa prestar esclarecimentos sobre o incidente do rio Traíra, na fronteira com a Colômbia, gostaríamos de perguntar: qual a possibilidade que tem, hoje, o Exército brasileiro de voltar a dar às fronteiras de Mato Grosso com a Bolívia, o serviço que era dado no passado, quando a presença do Exército brasileiro nos dava segurança e tranquilidade na região de Cáceres, Fortuna e de Vila Bela, evitando a difícil situação em que vive o povo da fronteira mato-grossense, com relação ao narcotráfico, ao roubo de veículos e também à própria segu-

rança nacional. Se existe possibilidade, com os pequenos recursos financeiros de que o Exército dispõe hoje, como todos os ministérios, de voltarmos a ter tal benefício.

Outra pergunta que gostaríamos de fazer a V. Ex^a: qual o orçamento previsto para o Projeto Calha Norte e se há possibilidade desse projeto não só ser ampliado na região amazônica, mas também na região fronteira do Centro-Oeste, já que Mato Grosso faz parte da Sudam como área de desenvolvimento da Amazônia. E quais as possibilidades que temos de montar no Congresso Nacional uma bancada em defesa dos interesses do Projeto Calha Norte junto ao próprio Governo Federal, em especial à área econômica, que hoje controla toda a situação de qualquer projeto de desenvolvimento do País?

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador, as colocações de V. Ex^a, para nós, representam, um reconhecimento da importância da existência dos destacamentos de fronteira.

Tínhamos, realmente, alguns destacamentos em Mato Grosso, que foram desativados, e o foram por proposta do Comandante Militar do Oeste, tendo em vista que as regiões não estariam apresentando mais problemas. Com o depoimento de V. Ex^a, vou determinar que o Comandante-Militar do Oeste reexamine essa questão e faça as propostas que julgar necessárias, no sentido de retomarmos esses destacamentos. Mas o depoimento de V. Ex^a representa, para nós, o reconhecimento da importância de nossa presença nessas áreas fronteiriças.

O orçamento previsto para o Projeto Calha Norte, no corrente ano, em realidade, com o contingenciamento das despesas, foi muito reduzido, e está, no momento, sendo objeto de um reexame. Em função dessas ocorrências do rio Traíra, nós solicitamos, e estamos em vias de receber, um adiantamento de 300 milhões de cruzeiros, que nos permitirão atender, em melhores condições, a essas instalações lá na região do Traíra e dar início às instalações do pelotão definitivo.

Acrescentaria, a V. Ex^a, que os custos levantados para a construção de uma pista de pouso, estrada e rodovia de ligação com a possível área do pelotão, esses recursos foram orçados em mais de 600 milhões, o que está sendo objeto de análise por parte da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que é a responsável pelo gerenciamento do Projeto Calha Norte.

A nossa esperança é que possamos dispor dos recursos necessários, para que realmente tenhamos condições de efetivar essa instalação.

Muito obrigado.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Gostaria de comunicar a V. Ex^a que iremos montar uma comissão de Senadores interessados nos problemas da Amazônia e da área fronteira, para pedirmos uma audiência ao Presidente da República, no sentido de levar nosso apelo para que corte qualquer despesa com publicidade, em rádio, jornal ou televisão, ou com

as grandes estatais e reforce, imediatamente, o orçamento do Projeto Calha Norte.

Que esse campo de pouso, na região fronteiriça com a Colômbia, seja prioridade 1. E, se for preciso, conte conosco, conhecedores que somos do fato de que muitos dos batalhões de engenharia do Exército, estão, hoje, com vários equipamentos parados, entre os quais o próprio 9º BEC de Cuiabá, por falta de recursos para o seu funcionamento. Conte conosco — repito — para que possam ser deslocados recursos para aquela região, a fim de efetivar essa obra tão importante da integração nacional. Conte com o nosso apoio, com a nossa solidariedade e com o nosso incentivo.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Carlos Tinoco, creio que é importante salientar a relevância do depoimento de V. Exª neste Senado. Estamos vivendo a tranquilidade do regime democrático em que o Ministro do Exército vem ao Senado da República e, com uma serenidade que merece respeito, presta esclarecimentos que aqui são solicitados. Que bom que este País atinge esse estágio na sua democracia; que bom que esses assuntos, sejam eles quais forem, sejam discutidos com a mais absoluta normalidade e aqui, no Senado Federal, o Sr. Ministro do Exército comparece para responder todas as perguntas e esclarecer todos os fatos.

Avanço, com relação à presença de V. Exª, mais do que o episódio — já tão esclarecido — sobre o fato de a Amazônia em si, V. Exª, na sua exposição inicial, deixou muito clara a sua preocupação e a preocupação do Exército, com relação àquele território tão imenso e tão rico e praticamente tão abandonado. A grande verdade é que vemos e repetimos todos os dias, interrogações sobre a Amazônia. Vemos, com a maior tranquilidade, entidades do mundo abrirem a sua orientação com sentido à exploração da Amazônia: é internacional, é o pulmão da humanidade — é a fórmula através da qual, no futuro, ela pode ser internacionalizada; resolvem decidir sobre a nossa Amazônia.

Por outro lado, a gente sabe, a imprensa publica e se tem conhecimento de que missões, “nem sempre religiosas” estão no contrabando, nas pesquisas científicas, estão lá os aeroportos clandestinos, já foram encontrados aviões com laboratórios ultra-sofisticados. A grande verdade é que há o contrabando, aberto e permanente na Amazônia.

E o mundo olha para nós e exige com relação ao tráfico de drogas. E o tráfico de drogas é, realmente, outro fato da Amazônia.

Perguntaria a V. Exª, nesta hora em que aqui deveríamos analisar na profundidade a

questão Amazônica, se deveríamos constatar, à margem dos discursos, de conteúdo e de profundidade dos nossos senadores da região Amazônica, o que o Senado tem avançado no sentido da defesa dessa vasta região?

Na minha rápida passagem pelo Ministério da Agricultura, era chamada a atenção sobre o contrabando e a morte de animais nas reservas florestais sob a responsabilidade do ministério. Procurava eu, na oportunidade, o Ministro do Exército, dizendo que os guardas florestais do Ministério da Agricultura — seria ridículo — ainda que aumentássemos por cem a quantidade numérica deles, não teriam condições de disputar com quadrilhas organizadas a defesa da nossa flora e da nossa fauna. Perguntava eu ao ministro se não era possível que o nosso Exército cuidasse dessa questão, como a questão do contrabando e a questão do tóxico. E respondia, na ocasião, o Ministro do Exército, que era muito difícil. Era muito difícil, porque o Exército precisava ter a formação, a organização dessa tropa, precisava ter o sentido nacional do contexto, e era possível que dois ou três se perdessem no meio do matagal do Mato Grosso ou lá pela Amazônia, se misturando, se identificando, e terminariam, praticamente, sendo vítimas dessas grandes quadrilhas e dessas grandes investidas.

Essa pergunta eu faço, hoje, a V. Exª: mudou? Há possibilidade, hoje, de nessa luta no sentido da integração da Amazônia no que tange ao combate ao tóxico, no que tange ao contrabando, no que tange à invasão internacional, até que ponto, hoje, podemos contar com uma ação não apenas na área da fronteira, mas na área geral da Amazônia, a presença do Exército pode agir e pode funcionar? E V. Exª se queixou com justiça, e fez questão de salientar, que, infelizmente muitas e muitas vezes só existe o Exército, só o Exército e mais nada existe naquela região, qual a idéia de V. Exª para que pressionemos no sentido de que, além do Exército, possam existir outras forças colaborando para a penetração da nossa Amazônia?

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre General.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador, a questão que V. Exª coloca para nós tem uma conotação um pouco diferente. Poderia dizer, simplesmente, que esse tipo de missão não está previsto para as Forças Armadas, na nossa Constituição mas, ao contrário, representa uma missão específica da Polícia Federal. Prefiro, entretanto, dizer a V. Exª que a participação das Forças Armadas, do Exército em particular, em combate ao contrabando, descaminhos e outros tipos de ilícitos, em realidade, se contrapõe ao que nós, por força da Constituição e por força da maneira como o nosso Exército funciona, temos que trabalhar. O nosso Exército funciona na base da convocação prevista na Lei do Serviço Militar. Incorporamos anualmente às nossas unidades pouco mais de cem mil brasileiros, para com

os quais temos uma missão, a de prepará-los para transformarem-se em soldados e, também em cidadãos mas, fundamentalmente, em soldados, a fim de preparar reservas para que a Nação disponha dos homens necessários, quando isso for impositivo. Em nosso ano de trabalho (e isso ocorre também na área amazônica), utilizamos esse tempo preparando esses homens, transformando-os em soldados, colocando-os dentro da estrutura à qual estão incorporados numa determinada função, para a qual são preparados. O fato é que, se formos cumprir outro tipo de missão, teríamos de deixar de cumprir essa que a Constituição nos impõe. Poderíamos fazê-lo. Inclusive, disse eu aqui, na oportunidade da resposta a outro senador, que consideramos de nossa obrigação dar todo o apoio necessário para que os outros organismos cumpram ou possam cumprir a sua missão. Nós temos diretrizes claras sobre esse assunto e estamos prontos a prestar essa colaboração. O que não podemos, pelo menos com a estrutura atual e com a definição da nossa missão atual na Constituição, é nos engajarmos nesses problemas, pois estaríamos, e por vezes somos acusados disso, nos imiscuindo em problemas que não nos dizem respeito. Muitas vezes nos envolvemos — costume usar a palavra envolvemos — em problemas que não são nossos e nem sempre damos a solução mais adequada, exatamente porque aquilo, para nós, é uma emergência.

Para que nós realmente assumíssemos esse encargo, teríamos, primeiro, que ter isso definido; segundo, ter uma estrutura ou uma parte da estrutura com essa finalidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS.) — À margem da explicação de S. Exª, como S. Exª vê a questão que apresentamos aqui, da Amazônia, da ocupação, da coibição internacional e do que possa ser feito no sentido de efetuar a sua integração no território nacional?

V. Exª disse — e é importante — que lá na fronteira é necessário aparecer uma vila do lado de lá, para que a vila do lado de cá se contraponha e haja, por assim dizer, uma garantia de presença brasileira na região da fronteira.

E no restante da Amazônia? Quando fez a exposição inicial, V. Exª analisou essas questões todas e, como brasileiro, disse que elas existem lá na Amazônia. Como cidadão e como brasileiro, quais as idéias que V. Exª apresenta no sentido de nós, Senadores da República, olharmos e agirmos com relação àquela região?

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Senador Pedro Simon, seria exatamente a ampliação do Projeto Calha Norte, que prevê toda uma série de realizações na área da Calha Norte, para toda a Amazônia, que todos os organismos governamentais, com responsabilidade na integração na solução de todos esses problemas realmente se empenhem para que eles sejam solucionados.

Fundamentalmente, o que defendo é que haja um trabalho integrado, que não se pro-

curse solucionar separadamente problemas de índios, problemas de garimpeiros, problemas de natureza ecológica, problemas agrícolas etc. O que defendo é um trabalho globalizado, através do qual esses problemas sejam equacionados, e possam, em realidade, ter uma solução adequada.

O SR. PEDRO SIMON — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PFL — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Exm^o Ministro do Exército, General Carlos Tinoco.

Inicialmente, gostaria de dizer a V. Ex^a que fui estudante, a luno de Escola Preparatória e, portanto, tenho algum conhecimento da vida militar e do Exército Brasileiro.

Na vida civil, como cidadão, empresário e político, tenho considerado de extrema importância a formação intelectual, moral e ética que recebi naqueles anos de Escola Militar. Inclusive como empresário, tenho adotado algumas técnicas de administração baseando-me no comando centralizado, no planejamento centralizado e nas ações descentralizadas o que, por coincidência, atualmente nos Estados Unidos está na moda.

Conhecendo o espírito do Exército Brasileiro, entendo e acredito com convicção que foi de extrema importância a reação da ação militar da nossa tropa em relação aos guerrilheiros da Colômbia, porquanto a própria sociedade ou pelo menos parte significativa dela cobraria das nossas Forças Armadas um revide, que é perfeitamente natural e humano em defesa dos mais legítimos valores de nossa Pátria e do nosso povo. Portanto, no meu entendimento, na minha ótica, considero como muito válida. Felicito aqueles que, num ambiente, num teatro tão hostil, conseguiram não remediar a morte dos nossos soldados, mas, pelo menos, honrar o nosso País, os nossos valores territoriais e dar uma satisfação às nossas Forças Armadas e à nossa sociedade.

Sr. Ministro, temos, no momento, segundo informações, aproximadamente duzentos mil homens no contingente do nosso Exército. Cerca de 5%, ou dez mil homens, estão sediados no norte do País, sob o Comando Militar da Amazônia. Considerando as regiões mais ricas, a exemplo do Rio Grande do Sul, que na década dos anos 50 era considerado, pela estratégia militar brasileira, de grande importância — tínhamos ali concentrado o III Exército, tido como o mais moderno, o mais forte, o mais poderoso do nosso País —, perguntaria a V. Ex^a: Já que existe uma carência imensa de recursos no País para todas as áreas. Não seria possível ir, paulatinamente, deslocando recursos aplicados em áreas como essas a que me referi, para aumentar o contingente, o material, o treinamento e a presença de soldados brasileiros naquela área?

Temos também o caso do grupo de helicópteros, sediado em Taubaté, que faz parte do

treinamento especializado da tropa aérea do Exército Brasileiro. Ali se estão formando pilotos que serão especialistas nesse tipo de equipamento nos próximos anos. Esse treinamento, Sr. Ministro Carlos Tinoco, não poderia ser feito na própria área, por exemplo, em Manaus, onde existe uma maior proximidade das necessidades de proteção da nossa fronteira? Aqueles pilotos do Exército Brasileiro já seriam então treinados numa área que, sem dúvida, seria o seu campo de operação lógico, dentro das atuais circunstâncias por que passa o nosso País.

Essas as colocações que queria fazer. Ao encerrar, gostaria de congratular-me com V. Ex^a por sua exposição e com o Exército Brasileiro pela forma com que agiu no episódio do rio Traíra.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre Ministro Carlos Tinoco.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Muito obrigado, Senador Raimundo Lira.

É-nos gratificante ouvir as palavras que V. Ex^a acaba de pronunciar. Isso, certamente, decorre do seu início de formação, da sua passagem por uma de nossas Escolas Preparatórias, o que lhe dá sensibilidade suficiente para entender, talvez, em melhores condições, o problema.

Com relação aos nossos efetivos na Amazônia, eu diria a V. Ex^a que eles representam cerca de 6% do nosso efetivo global. Estamos pouco a pouco aumentando esse efetivo na região. Na minha exposição V. Ex^a se recorda de eu haver dito que há a previsão da instalação de mais uma Brigada em Boa Vista. Certamente, daqui para a frente, iremos, necessariamente, ter que ampliar esses efetivos.

Não podemos, todavia, comparar com o Rio Grande do Sul.

A Amazônia exige uma tropa especializada, uma tropa de selva, em função da área, ou do tipo de vegetação; em suma, das condições lá existentes.

O Exército da Amazônia é diferente. Ele possui até barcas com rebocadores, que levam suprimentos através da rede fluvial a várias de nossas guarnições. Criamos em Manaus o Centro de Instrução de Guerra na Selva, exatamente com a finalidade de aderir adequadamente os homens que integram as unidades que existem na Amazônia.

Por outro lado, a experiência tem mostrado que não são todos os indivíduos oriundos de outras áreas que se adaptam às operações na selva. Ao longo desses anos, temos verificado que o homem da área é o homem que, por natureza, se identifica com a realidade ali existente.

De nada adiantaria levarmos para lá unidades mecanizadas ou unidades de outro tipo, pois elas não teriam como atuar na área. Mas nós nos preocupamos com isso e, realmente, estamos procurando carrear mais recursos para a região Amazônica.

Com relação ao nosso Batalhão de Helicópteros, tenho a dizer que esse batalhão foi

instalado em Taubaté por ser uma região central, o que facilita a preparação dos nossos pilotos, que foi e continua sendo realizada com apoio da nossa Força Aérea e da nossa Marinha. Esse batalhão tem uma finalidade específica dentro do contexto de organização de Forças Armadas.

Os helicópteros destinados à Amazônia terão necessariamente que ser de um tipo diferente, mais relacionados com transporte e não com operações de combate, de realização de infiltrações, etc...

Mas, em função das circunstâncias, nós, desde o ano passado, estamos fazendo com que nossos pilotos se adestem na área Amazônica. Desde o ano passado temos feito incursões. Inclusive fizemos uma que subiu por Santarém, passou por Manaus e desceu pela fronteira oeste, passando por Campo Grande, para retornar a Taubaté.

Hoje, temos na área de Tabatinga, mais especificamente em Vila Bittencourt, quatro dos nossos helicópteros trabalhando. E já estamos estudando a instalação, a colocação de uma companhia de helicópteros em Manaus, exatamente dentro dessa linha de entendimento que V. Ex^a tem e que está completamente de acordo com a nossa. Nós, necessariamente, teremos que iniciar a estrutura de um outro batalhão de helicópteros na Amazônia, o que está dentro das nossas previsões. De acordo com a disponibilidade de recursos, iremos implantar, inicialmente, uma companhia e, no futuro, completar mais um batalhão naquela área, que especificamente se destine a apoiar as operações e ao suprimento daquelas nossas organizações militares existentes nessa fronteira tão longínqua.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Se V. Ex^a desejar, tem dois minutos para a réplica.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PFL — PB)

— Sr. Ministro, nós temos conhecimento que, na área, existem 14 pelotões com aproximadamente oitocentos soldados. Perguntaria a V. Ex^a se já está sendo adotado lá, o sistema de engajamento profissional. Enquanto nos grandes centros o engajamento é por um período de 14 meses, mais ou menos (nós chamamos normalmente de conscritos), naquela área já se adota o sistema de soldados profissionais, pessoas que se engajam no exército como soldados e podem permanecer ao longo de sua vida útil na atividade militar, inclusive com famílias residindo na própria área onde ele está servindo na fronteira.

Esta é a última pergunta que tenho a fazer a V. Ex^a.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — V. Ex^a, mais uma vez, vem ao encontro das idéias que nós esposamos, no momento. Temos muitos profissionais nas unidades da Amazônia, as nossas organizações militares são constituídas por um núcleo base e um efetivo variável. Esse efetivo variável é aquele incorporado anualmente e o núcleo base, como o nome está dizendo, é aquela base que permanece, são os profissionais. O nú-

cleo base das organizações militares da Amazônia é maior, tem o efetivo maior do que o de unidades de outras áreas.

Além do mais, facilitamos a civis e militares (soldados e cabos) de outras regiões, a transferência para a Amazônia. Muitos pedem essa transferência, mas a realidade é que o homem da área é quem melhor responde às necessidades exigidas pelas missões que recebe.

Estamos estudando, no momento, no Estado Maior do Exército, exatamente uma ampliação progressiva desse núcleo base, de modo que possamos ter, nesses batalhões especiais de fronteira, uma Companhia de Selva profissional.

O SR. RAIMUNDO LYRA — Muito obrigado, Sr. Ministro. Fiquei plenamente satisfeito com as colocações de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldaña Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE (PMDB — PA) — Sr. Ministro General Carlos Tinoco, referiu-se V. Ex^a muito bem aqueles que falam da Amazônia sem conhecê-la. Sou um senador, com muito orgulho, amazônico e, como arvore-me também em ser um estudioso daquela região, posso afirmar que o Exército Brasileiro, as Forças Armadas, de modo geral, têm um papel fundamental no processo de defesa e desenvolvimento da região. Por isso mesmo sinto-me à vontade para tecer as devidas considerações.

Mostrou-nos V. Ex^a, em síntese, que a Amazônia tem problemas, mas, na verdade, é também uma grande solução nacional. Esta é uma das teses que defendemos aqui no Senado: recursos naturais da Amazônia, assunto muito bem sintetizado por V. Ex^a. Nesse item relembro recursos hídricos, sobretudo aqueles voltados para a energia, com potencialidade de até cem milhões de quilowatts, uma solução não apenas para a Amazônia, mas para o País, carente de energia elétrica; e o problema ecológico complementar, relativo à implantação dos grandes lagos de acumulação para geração de energia. Há também a questão dos minerais: a Amazônia tem recursos em nível mundial, como o ferro, o alumínio e outros. Além disso, há o item que faz alusão às grandes fronteiras a que V. Ex^a se referiu, praticamente mais de nove mil quilômetros; e problemas relacionados com a ambição internacional, muito clara, muito evidente.

Na verdade, a Amazônia tem problemas, dificuldades, mas, na realidade, ela é a grande solução do País. Por isso mesmo V. Ex^a colocou muito bem que existem, na verdade, duas grandes vertentes de visão radical com relação a Amazônia: uma entende que ela deve ser ocupada de forma indiscriminada, irresponsável, inconseqüente; outra, defende a forma intocável da Amazônia. Na sua palavra, muito correta, são duas tendências radicais, perigosas, desaconselháveis, para lembrar o que V. Ex^a disse a respeito de dois assuntos, em termos de exploração de recur-

sos naturais de forma equivocada. A garimagem, por exemplo, destrói rios belíssimos, como o rio Tapajós, um dos rios mais bonitos do mundo, através de uma tecnologia errada, equivocada, antiecológica, na busca do ouro no fundo do rio, destruindo o rio inteiro além de se utilizar do mercúrio, que mata os peixes e prejudica os homens que lá vivem.

Não podemos esquecer a forma equivocada da exploração florestal, em que se derruba a mata densa, visando a implantar pastos. Não somos contra a exploração madeireira, mas contra a forma de utilizar a pecuária em área de floresta de mata densa, onde existem campos naturais e áreas mais apropriadas.

Enfim, Sr. Ministro, a Amazônia tem realmente um potencial excepcional em escala planetária, mas tem problemas graves na forma de sua exploração, tem problema graves de fronteira, como os que aqui estamos debatendo. Apesar de ter uma instituição como o Exército Brasileiro, séria, e que tem um papel revelante lá na Amazônia — posso falar tranquilamente porque também sou um estudioso do processo de planejamento regional — lamentavelmente, no Governo atual, não temos o planejamento global, integrado, a que V. Ex^a se referiu.

Precisamos ocupar realmente a Amazônia. Precisamos de estratégia de ocupação global para que esses problemas já alinhavados por V. Ex^a e pelos vários oradores que me antecederam tenham solução, tenham um equacionamento correto.

Posso até afirmar que, excluindo-se o trabalho e ao papel das Forças Armadas na Amazônia, hoje, o Governo Federal tem um grave compromisso com a região. Falta-nos uma política de desenvolvimento regional, apesar de termos um órgão para isso, a Sudam. Eu perguntaria: a Sudam, hoje, cumpre o seu papel?

Eu diria, Sr. General, que hoje não temos um plano de desenvolvimento regional, o que é lamentável. A Constituição Federal exige que o Governo Federal apresente planos nacionais e planos regionais, e a Amazônia não tem um plano de desenvolvimento regional. E através desse plano seria possível equacionar conjuntamente, nos três níveis de Governo, os problemas amazônicos fundamentais.

Por isso V. Ex^a, de forma muito apropriada, colocou que uma das soluções para a Amazônia seria exatamente aproveitar o Projeto Calha Norte, um projeto integrado, e que ele fosse expandido, ampliado para toda a região. Com isso, V. Ex^a nos coloca uma preocupação. Sim! Nós precisamos de um projeto integrado a nível nacional, mas o Projeto Calha Norte para a Amazônia significa que, hoje, aquela região, em termos de planejamento, tem um vazio de decisão, um vazio de propostas concretas, um vazio de uma visão realmente que permita um desenvolvimento coerente, integrado, regional.

Há ausência de propostas como essas e, sobretudo, como V. Ex^a falou, de um zoneamento econômico e ecológico, que permita que se possa ocupar racionalmente a Amazônia, definindo o que deve ser preservado,

o que deve ser racionalmente utilizado. Nós não temos esse zoneamento. Sei que está em execução, mas há muito tempo se fala desse zoneamento econômico ecológico. Até para o Exército, para as Forças Armadas é fundamental um zoneamento. O que é preciso, portanto, sinto, Sr. Ministro, por ser um estudioso, um amazônida, são decisões fundamentais para a região. E poderia até adiantar que, na nossa visão, o papel das Forças Armadas, apesar de ser importante, fundamental, ainda é insuficiente.

Sei que o Exército tem dificuldades graves, que dificilmente se pode administrar uma fronteira de nove mil quilômetros. Isso é impossível, até para quem conhece a região Amazônica, com suas florestas imensas e verdadeiros mares. É um grande desafio nacional.

Sr. Ministro, a visão global do seu pronunciamento mereceu de nossa parte esta colocação.

Eu diria — perdoe-me pela franqueza — que, excluindo o papel fundamental das Forças Armadas na Amazônia, o Governo Federal é integralmente omissivo em relação à proposta global para aquela área.

Eu gostaria de ouvir de V. Ex^a a sua opinião não só como ministro mas também como militar que conhece profundamente a região e seus problemas sobre os caminhos para se encontrar as soluções que evitem problemas tão pequenos como esse ocorrido na fronteira da Colômbia. E não podemos nos esquecer que os problemas irão multiplicar-se, não só na área de segurança mas na social, na econômica, na indígena, se não houver uma proposta concreta, globalizante e real para a Amazônia brasileira.

Essa a questão.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador, inicialmente devo agradecer pelas referências que V. Ex^a faz ao nosso Exército, o que muito nos sensibiliza. Diria, em defesa do Governo Federal, que, desde o início do ano passado, tão logo o Presidente Collor assumiu o Governo, uma das suas primeiras medidas foi fazer um estudo profundo do Projeto Calha Norte, o que demonstra, de saída, a sua preocupação com a Amazônia.

Na minha exposição, ressaltei que, na recente mensagem ao Congresso Nacional, o Governo Collor evidenciou a sua intenção de conferir prioridade a uma série de ações que dizem respeito à Amazônia: continuidade do desenvolvimento do Projeto Calha Norte, conferindo-lhe a feição de programa de governo; previsão de ações nas áreas de telecomunicações, defesa aérea, defesa naval, defesa terrestre, ensino fundamental, energia elétrica, saúde, assistência e previdência, transporte rodoviário e administração, e implantação da primeira fase do sistema de vigilância da Amazônia, o que representa o trabalho de procurar levar à Amazônia o controle do movimento de todas as aeronaves que por lá transitam, e que é de fundamental importância para o controle da

região. Isso está sendo implementado. E dar continuidade ao Programa de Auxílio Financeiro aos municípios da faixa de fronteira, a implantação do Programa da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental.

Nesse contexto insere-se o zoneamento ecológico-econômico, que foi uma decisão tomada no início do ano passado. Esse estudo vem se desenvolvendo desde o ano passado e, ao que estou informado, está em vias de ser completado. Esse zoneamento, realmente, é de fundamental importância.

De modo que, em realidade, o Governo tem se preocupado com a Amazônia. Apenas eu me permitiria aduzir a sugestão de ampliação do programa a toda área amazônica e uma visão global de todos os problemas. É claro que o Governo se preocupa com a Amazônia. E V. Ex.^a, como senador da área e conhecedor profundo dos problemas, sem dúvida alguma poderá prestar uma ajuda muito importante nesse aspecto, porque é de fundamental importância que as pessoas que conhecem a área em profundidade deem a sua colaboração, para que realmente um programa dessa natureza possa ser implantado.

Agradeço a participação de V. Ex.^a e a oportunidade que me deu de mais uma vez dizer que, em realidade, o Governo está preocupado com a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Ex.^a tem dois minutos para a réplica.

O SR. COUTINHO JORGE (PMDB — PA) — Sr. Ministro, de forma sintética, concordo com as propostas que V. Ex.^a colocou: são projetos setoriais, localizados e importantes. Mas insisto na nossa tese — de certa forma V. Ex.^a já a esboçou — de que a Amazônia precisa de uma estratégia global de ocupação — e V. Ex.^a é um estrategista militar —, um planejamento global, setorial, espacial-militar, os aspectos, enfim, que interessam uma região como a nossa, tão cobiçada internacionalmente pela sua grandeza. Acredito e defendo que o Governo Federal deva carrear mais recursos, porque não está definido, no meu entender, ilustre Ministro, uma política global e racional para a nossa Amazônia.

Levando em consideração os dois grandes aspectos, o do desenvolvimento e o do respeito aos aspectos ecológicos, os dois ângulos, as duas vertentes, devem caminhar *pari passu* para que ganhe a Amazônia e também o povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM) — Exm.^o Sr. General Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, Digníssimo Ministro do Exército, sou filho da região amazônica, como o nobre colega que me antecedeu, com a circunstância de ter sido criado nas proximidades do Forte do Príncipe da Beira, precisamente em Santa Fé, lá na região distante que, onde o rio Guaporé separa o Brasil da Bolívia. Consequen-

temente, não poderia me furtar a ser um admirador sincero do trabalho desempenhado pelo Exército brasileiro às margens daquele rio e naquela região, para defender a integridade da nossa Pátria.

Sei também do esforço e da habilidade quase científica, da prudência bem brasileira com que o Exército brasileiro se desempenha, no concernente à defesa da nossa Pátria e da nossa intangibilidade territorial.

O Brasil, em toda a sua história política e em sua história jurídica, não se tem caracterizado pelos atos agressivos ou pelos movimentos guerreiros, sendo a própria legislação trabalhista do nosso País obtida através da prudência, do bom senso para as conquistas sociais.

Não pretendo me alongar, mas, ainda ontem, Sr. General, usava da tribuna, nesta Casa, para dizer do desassossego, da inquietação — como filho que sou de Porto Velho e autor do projeto convertido em lei que deu a denominação de Rondônia ao estado que tem este nome — do mal-estar que venho sentido, porque, cada dia, vejo se aproximar mais da nossa região o olhar vulpino, a sanha capitalista e exploradora, no sentido de conseguir, das entranhas da nossa terra, as riquezas que possui. Apenas usando a artimanha de proteger a nossa floresta, no que estão realmente interessados é em carrear o nosso ouro para outras regiões e ajudar plantadores de maconha e outros entorpecentes para que, através de pistas no meio da selva, que não são conhecidas nem mapeadas, sejam encaminhadas para outros países, a pessoas que vivem na clandestinidade, ou não. Complementando as minhas palavras, tomo a liberdade de ler a V. Ex.^a telegrama, que me chegou ainda ontem, do presidente do Conselho Estadual de Cultura do meu estado, em que ele diz:

“Alerto ilustre senador e prezado amigo projeto de lei Senador Kennedy, Congresso americano, permitindo interferência alienígena nos assuntos privados do nosso Estado com relação às populações indígenas. Creio que esse projeto fere os direitos do povo brasileiro com relação à nossa soberania na região amazônica.”

Tudo isso, Sr. Ministro do Exército, converge não só na direção das nossas Forças Armadas, mas também na de todo o povo brasileiro, de toda a coletividade, que precisa, realmente, estar atenta e tomar muito cuidado, porque, mais do que nunca, as potências internacionais estão se julgando donas dos nossos índios e capazes de internacionalizar a Amazônia.

O pequeno episódio, ocorrido na fronteira com a Colômbia, poderia ser o prenúncio de um acontecimento muito mais grave, porque se aquelas repúblicas pequenas tivessem o auxílio e o poderoso armamento de potências maiores interessadas na usurpação dos dois terços da região brasileira que constituem a Amazônia, nada seria possível fazer, ou dificilmente o Brasil teria condições de deter essa avalanche que se encaminharia em

nossa direção. A menos que transformássemos aquilo num segundo Vietnã ou numa Coreia, numa sucessão de combates de toda sorte.

Sr. Ministro, sendo sabedor de que existe uma lei que autorizou o Poder Executivo a criar e instalar uma secretaria da Amazônia, tomo a liberdade de perguntar — já que acen-tuou a necessidade de todos os organismos brasileiros, todas as Secretarias, seja de Saúde, seja de Planejamento e o próprio Exército, evidentemente, como se fosse da espinha dorsal de tudo isso, participarem da nacionalização da Amazônia — como encararia V. Ex.^a a ideia da criação de um Ministério da Amazônia ou, quando seja, a implementação dessa Secretaria da Amazônia que tem características de ministério.

Em segundo lugar, perguntaria a V. Ex.^a se acharia conveniente a ampliação de efetivos militares existentes na Amazônia, que, segundo estou informado, chegam apenas a dez mil, enquanto em São Paulo ascendem a noventa mil.

Com isso, encerro as minhas perguntas, pedindo à nobre Presidência desculpas por me haver alongado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre General Carlos Tinoco.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador, iniciarei enfocando os aspectos relacionados com a ampliação dos efetivos, para dizer a V. Ex.^a que estamos caminhando nessa direção, sem que isso represente — como disse anteriormente — tirarmos efetivos de outras áreas para levarmos para a Amazônia, porque não seria essa a forma mais adequada de solucionar o problema. É evidente que iremos, aos poucos, ampliar o nosso contingente na Amazônia, sem que necessitemos diminuir efetivos em outras áreas. Porque — como afirmei anteriormente — o nosso Exército tem, na sua constituição, elementos que fazem a vigilância da fronteira, unidades que marcam a presença do Exército em todo o território nacional e colaboram, em função da conjuntura que o Brasil ainda tem, hoje, com a população, assistindo-a, através das ações complementares, de diversas maneiras e uma força de intervenção.

O nosso contingente, na Amazônia, tem que ser ampliado, mas com tropa que, realmente, seja qualificada a atuar na área, que é uma região completamente diferenciada. E não tenha dúvida V. Ex.^a de que os nossos efetivos estarão sempre, à medida que a humanização foi-se processando, adequados às necessidades de defesa da nossa soberania.

Com relação à criação de um possível Ministério da Amazônia, eu me permito pedir vênia a V. Ex.^a para não discutir esse assunto, que, me parece, extrapola a minha esfera de atuação. Acredito que o Congresso seja um fórum adequado, quem sabe, para discutir esse problema. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. AUREO MELLO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Sandanha Derzi) — Com a palavra o nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB — RO.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, ouvi com atenção o discurso de V. Ex.^a Para mim, que vivo também na imensa hileia Amazônica não constitui, embora lamentável sob todos os aspectos, um evento que mereça uma indagação maior, sobretudo depois do que V. Ex.^a esclareceu a esta Casa: refiro-me ao evento do rio Traira.

Chamou-me a atenção, sobretudo, no discurso de V. Ex.^a, a abordagem e a visão amazônica plasmada na peça que constitui uma página da afirmação da nacionalidade amazônica. Talvez alguém possa dizer que essa é uma questão bizantina, mas, nestes tempos, esse fato, realmente, assume, para mim, maior importância até que o evento do rio Traira. No Estado de Rondônia, onde temos um mil e trezentos quilômetros de fronteira, no rio Madeira, a área de garimpagem, onde há violência e há morte, os conflitos constituem quase que uma norma de ação.

Vi inúmeros conflitos na fronteira que resultaram na eliminação de garimpeiros, inclusive, com autoridades bolivianas. Mas tudo isso se sepultou no leito do rio. Não houve, em realidade, um confronto. E não é que queira estabelecer um paralelo entre um e outro, mas quero dizer a V. Ex.^a que, para nós, o que é mais importante é a soberania da Amazônia. Neste particular, entendo que a Calha Norte vem de encontro a uma idéia fundamental que não é nova, que vem desde a Lei nº 601, de 1850, quando o Governo brasileiro declarava a necessidade de vivificação das fronteiras.

Ali nas fronteiras, só a presença viva de brasileiros constituiu, e há de constituir, uma afirmação da soberania e da integridade do Território nacional.

Por isso, embora tivesse até algumas críticas a fazer a respeito do Projeto da Calha Norte, entendo, outrossim, que também não é um Projeto acabado, que merecerá, por certo, o enriquecimento de nós, amazônidas, sobretudo dos homens que têm a responsabilidade do mandato popular com assento nesta e na outra Casa do Congresso Nacional, dos Governos locais, das autoridades; mas é a primeira tentativa. Devo dizer que em 1970, quando aportava na Amazônia, saindo do Rio Grande do Sul, recém-formado pela Faculdade de Direito, ali encontrei um Exército diferente, que tinha uma visão especial do difícil momento que atravessava a democracia brasileira. Lembro-me muito bem de dois momentos em que pude verificar a afirmação da nacionalidade na 4ª Companhia de Fronteira, de Guajará-Mirim, então comandada pelo Major Carlos Godoy, onde o soldado, na alvorada, ao toque do Hino Nacional, cantava no drapejar da Bandeira a afirmação da nacionalidade. Este foi um momento de profunda reflexão, de um quadro que, por certo, há de marcar o resto da minha vida. Porque, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não há algo mais terrível do que o amor à Pátria!

E, assim, também, pude conhecer a ação do 5º Batalhão de Engenharia e Construção, então comandado pelo Coronel Aluizio Weber. Ali, aqueles soldados que eram brasileiros recém-engajados, estavam dando uma lição de vida a nós que chegávamos do Sul do País, nas condições mais adversas, o labor diuturno, a dedicação à causa pública, tudo isso representando a afirmação de nossa soberania e de uma lição de vida.

Mas poderíamos seguir, citando essa experiência rica na Amazônia, onde o Exército exerce uma ação fundamental, tanto na área de saúde como na área da educação, onde o brasileiro encontra alguém que o ajuda a resolver seus problemas mais prementes. Assim, também, via Acisos, onde se levava, inclusive, o assento do registro das pessoas jurídicas, tornando então aqueles brasileiros cidadãos do nosso País. Sem falar na assistência médica e odontológica. Esse Exército realmente, para a Amazônia, tem uma missão diferente que deve ser preservada e impulsionada. Mas, a mim, exatamente, me preocupa quando leio num prospecto sobre o Projeto Calha Norte, uma afirmação do Presidente José Sarney:

“A Amazônia brasileira é patrimônio soberando do Brasil. O País não abrirá mão de incorporá-la à economia nacional, explorando seus recursos, sem cometer, entretanto, a insensatez de destruí-la, repetindo os crimes cometidos na incontinência de progresso das nações desenvolvidas.”

Ontem, li, no *Correio Brasileiro*, entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, que assim afirmava:

“A floresta amazônica transcende a soberania do Brasil para fazer parte do patrimônio comum da humanidade.”

Em outro ponto, um jornalista de *O Estado de S. Paulo* escreve:

“Rezek acha que os países industrializados estariam dispostos a concordar com medidas, como fundos subsidiados ou esquemas não ortodoxos de negociação da dívida externa, em troca de projetos de conservação ambiental.”

Mais adiante, conclui o jornalista:

“Fica a impressão de que Brasília está disposta a negociar questões ainda há pouco tratadas, como a formação de uma instituição internacional para lidar com os problemas ecológicos ou a aceitação de regras internacionais de preservação de florestas, supervisionadas por outros países.”

Sr. Ministro Carlos Tinoco, essa idéia não é nova. Há mais de um século, vem-se pregando a idéia de internacionalização da Amazônia. Há pouco tempo, essas declarações foram feitas de modo muito semelhante pelo Presidente da França, François Mitterrand.

Gostaria de saber como V. Ex.^a encara essas questões, e se há duas linguagens, ou duas interpretações, do mesmo fenômeno.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A palavra é oferecida ao Ministro Carlos Tinoco.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Ilustre Senador Amir Lando, desejo, inicialmente, agradecer a V. Ex.^a pelas referências elogiosas feitas à nossa Companhia de Guajará-Mirim e ao nosso 5º Batalhão de Engenharia de Construção de Porto Velho, bem como a participação de unidades do nosso Exército em ações cívico-sociais, as famosas Acisos que levam assistência médica àquelas populações desassistidas, que habitam locais onde não chegam outros recursos.

Acrescentaria a V. Ex.^a que, ainda hoje, particularmente na Amazônia, mais especificamente em Tabatinga, o Exército continua prestando a sua colaboração à sociedade, através da administração do Hospital de Tabatinga, que funciona mediante convênio do Ministério do Exército com o Ministério da Saúde e com a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas. Atende a toda a população daquela região. Noventa e cinco por cento do atendimento destina-se à população civil.

O Batalhão de Fronteira de Tabatinga dispõe de uma escola de 2º grau, em convênio com a Secretaria de Educação do estado, e de uma escola profissionalizante, também mediante convênio.

Vê, assim, V. Ex.^a que o Exército brasileiro continua emprestando, e com muito orgulho, a sua colaboração para que as populações dessas áreas mais afastadas possam dispor, pelo menos, de algum conforto e de alguma assistência, que é inerente às áreas mais desenvolvidas.

Agradeço a V. Ex.^a essas referências às nossas unidades.

Com relação a possíveis declarações do Ministro Rezek, eu diria que certamente ao fazê-las S. Ex.^a está se referindo a toda a bacia amazônica, que interessa a oito países, inclusive ao Brasil, e que é objeto de um Pacto de Cooperação Amazônico que existe desde 1978 e que vem, através de reuniões realizadas em vários países, discutindo um encaminhamento de soluções para os problemas globais de toda a bacia.

Não tenho dúvida de que não há posição alguma divergente do Governo. Entendemos que a Amazônia é brasileira, e assim deve ser considerada. Devemos ser os juizes de tudo, de todas as decisões relacionadas a ela, mas evidentemente, como se trata de uma bacia que abarca territórios de mais sete países, existem soluções que devem ser discutidas em conjunto, a isso, parece-me, seria e é absolutamente adequado.

Por outro lado, a preocupação com a ecologia e o aporte de recursos de outras nações para que nos ajudem a desenvolver a Amazônia, a realizar a sua ocupação racional com obediência aos princípios de preservação eco-

lógica e a correta utilização de suas terras agricultáveis, serão bem-vindas desde que não venham de encontro à nossa soberania.

Esse é o meu pensamento e, acredito, o pensamento de todo o Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência indaga ao nobre Senador Amir Lando se deseja utilizar o espaço destinado à república.

O Sr. Amir Lando — Sim, Sr. Presidente, apenas para umas poucas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex.

O SR. AMIR LANDO (PMDB — RO) — Sr. Ministro, confio, mais do que espero, nas declarações de V. Ex.

Mas, não deixo aqui de registrar minhas preocupações relativas às declarações do Sr. Ministro das Relações Exteriores. Realmente, elas merecem um esclarecimento à parte de S. Ex., o Sr. Ministro das Relações Exteriores, porque elas me deixaram uma interrogação profunda.

Ao mesmo tempo em que se faz essa afirmação de soberania, a ideia de internacionalização está em curso. E não será ela o passo inicial de uma caminhada para que os marinheiros, ontem saídos do golfo, como já afirmou uma autoridade americana, tenham agora a tarefa de ser os gendarmes da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Esgotado, portanto, a lista de oradores que desejavam interperlar o Sr. Ministro, General Carlos Tinoco.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de, em rápidas palavras, ao final da exposição do Sr. Ministro do Exército, General Carlos Tinoco, de cumprimentá-lo pelos esclarecimentos que teve oportunidade de prestar a esta Casa e pela forma como discorreu sobre os temas que foram aqui suscitados.

Não estaria exagerando se dissesse que hoje foi um dia importante para a instituição parlamentar, de modo especial para o Senado, porque podemos discutir de forma bastante profunda e, ao mesmo tempo, serena questões que diziam respeito não apenas ao interesse do Exército, mas de todo o País, fazendo com que, assim, esta Casa cumprisse a sua função de grande fórum de debate.

Portanto, ao cumprimentar S. Ex. — e creio que estou interpretando o sentimento da nossa Bancada e, por que não dizer da própria Casa — quero também cumprimentar a Mesa pela maneira como se houve na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Desejo, nestes instantes finais, indagar ao

nobre Ministro, General Carlos Tinoco, se S. Ex. deseja fazer as suas considerações finais.

O SR. MINISTRO (General Carlos Tinoco) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desejaria, antes de encerrar, dizer que não tenho dúvida do patriotismo do Ministro Rezek e que também não tenho dúvida de que S. Ex. saberá esclarecer completamente quaisquer dúvidas que porventura possam existir com relação ao seu pensamento.

Desejo externar, neste momento, o meu agradecimento pela oportunidade que me foi dada de comparecer a este Plenário. Realmente, foi muito gratificante para mim e para a minha instituição, a instituição que tenho a honra de comandar, vir aqui, nesta tarde, prestar esclarecimentos relacionados com o fato específico e debater, neste Plenário de elevado nível, alguns dos problemas que nos preocupam a todos nós, relativos a nossa Amazônia.

Fica pois o meu agradecimento.

Gostaria, antes de encerrar, de dizer aos Srs. — porque tenho certeza de que esta é uma informação que gostariam de ter — que dos nove militares que foram feridos no acidente do rio Traíra, cinco já receberam alta, estando apenas internados, no Hospital Militar de Manaus, um sargento, um cabo e dois soldados, e estão passando bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos os Srs. Senadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, neste instante, deseja destacar o modo presto com que o Ministro do Exército, General Carlos Tinoco, atendeu à convocação do Senado Federal, a requerimento do Líder Humberto Lucena, e, no seu brilhante currículo de Oficial do Exército brasileiro, que o fez ascender ao maior posto da hierarquia e, agora, ao exercício da Pasta Ministerial no Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, o Sr. Ministro General Carlos Tinoco vê inserir-se na marcante trajetória mais uma inequívoca demonstração da sua formação democrática, vindo ao Senado Federal e respondendo com competência, descortino e clareza a todas as interpelações dos Srs. Senadores em torno dessa momentosa questão.

A Presidência avisa aos Srs. Senadores que o Ministro, General Carlos Tinoco, receberá os cumprimentos no Gabinete da Presidência.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo — Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aureo Mello — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Darcy Ribeiro — Elcio Álvares — Fernando Henrique Cardoso — Irapuan Costa Júnior — João Rocha — Jutahy Magalhães — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Meira Filho — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 1989, de autoria do Senador Marcio Lacerda, que regulamenta o art. 227, § 6º, da Constituição Federal, dando nova redação ao item 1 do art. 52, e 7º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, tendo

PARECER, sob nº 360, de 1990, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, com emenda de nº 1-CCJ, com voto vencido, em separado, do Senador Ney Maranhão, e voto vencido do Senador João Menezes.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 1991, de autoria do Senador Afonso Camargo, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 14, de 1991, de sua autoria, que dá nova redação ao art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal.

— 3 —

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 94, DE 1988-(COMPLEMENTAR)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1989 Complementar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1988-Complementar, de autoria do Senador Cid Sabaio de Carvalho, que dispõe sobre a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 398, de 1990, da Comissão

— de Assuntos Sociais, favorável ao projeto nos termos de substitutivo que oferece.

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 214, DE 1988-(COMPLEMENTAR)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1989-Complementar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1988-Complementar, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre a proteção de relação de emprego contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 398, de 1990, da Comissão

— de Assuntos Sociais, favorável ao projeto nos termos de substitutivo que oferece.

— 5 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1989, de autoria

do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre os objetivos da educação superior, estabelece critérios para a organização e funcionamento das universidades brasileiras e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nº 162 e 471, de 1990, da Comissão

— de Educação, 1º pronunciamento: favorável ao projeto com voto vencido, em separado, do Senador Wilson Martins; 2º pronunciamento: favorável ao projeto e contrário às emendas oferecidas nos termos do art. 235, II, c, do Regimento Interno, com voto vencido do Senador Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 20 minutos.)

ATOS DO PRESIDENTE

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 238, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.494/91-4, resolve nomear LEILA DORIS DE MONTALVÃO GUEDES, para exercer o cargo, em comissão de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Coutinho Jorge, a partir de 14 de março de 1991.

Senado Federal, 20 de fevereiro de 1991.

— Senador Mauro Benevides, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, Seção II, de 21-2-91.

ATO DO PRESIDENTE Nº 369, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear DENISE RAMOS DE ARAÚJO ZOGHBI, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor da Secretaria-Geral da Mesa, Código SF-DAS-102.3, do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 3 de abril de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 370, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamen-

tares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto na Resolução SF nº 130, de 1980, e no artigo 4º do Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.163/90-0, resolve autorizar a alteração do contrato de trabalho de JOSÉ CARLOS DE ANDRADE, contratado sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do emprego de Secretário Parlamentar, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário equivalente ao vencimento do símbolo DAS-3, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hydekrel Freitas, com vigência a partir de 13 de novembro de 1990.

Senado Federal, 3 de abril de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 371, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.095/91-2, resolve aposentar, voluntariamente VICENTE DE PAULO PEREIRA DA SILVA, Auxiliar Legislativo, Classe "2ª", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 4º, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", 62, § 2º, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, e, ainda, com os artigos 490 e 503, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com o artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, correspondente à razão de 30/35 (trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 de abril de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 372, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 3º, da Resolução SF nº 130, de 1980, no artigo 4º do Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.586/91-7, resolve rescindir, a partir de 18 de março de 1991, o contrato de trabalho, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de ADOLFO PEDRO NIECKLE, do emprego de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Magno Bacelar.

Senado Federal, 3 de abril de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 373, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, resolve nomear EZEQUIAS PAULO HERINGUER FILHO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

Senado Federal, 3 de abril de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 374, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, resolve nomear IVANA LUCIA DAHER para exercer o cargo, em comissão de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

Senado Federal, 3 de abril de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 375, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, resolve nomear MARIA DE NAZARETH GAMA E SILVA para exercer o cargo, em comissão de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

Senado Federal, 3 de abril de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 376, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão

Diretora nº 1, de 1991, resolve nomear FLÁVIO BAPTISTA DA SILVEIRA para exercer o cargo, em comissão de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flaviano Melo, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

Senado Federal, 3 de abril de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 377, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão

Diretora nº 1, de 1991, resolve nomear IONE RAMOS DE FIGUEIREDO para exercer o cargo, em comissão de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 20 de fevereiro de 1991.

Senado Federal, 3 de abril de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.